

Município de Terras de Bouro



Grandes Opções do Plano
e Orçamento

2009

Aprovação:

Câmara Municipal
Assembleia Municipal

13/11/2008
28/11/2008

ÍNDICE

1. Apresentação	3
2. Grandes Opções do Plano	5
3. Apoio às Juntas de Freguesia	14
4. Execução dos Projectos	16
5. Financiamentos	16
6. Gestão do Pessoal	20
7. Mapas	
7.1. Resumo do Orçamento	31
7.2. Resumo das Receitas e das Despesas	32
7.3. Orçamento da Receita	33
7.4. Orçamento da Despesa	36
7.5. Resumo do Plano Plurianual de Investimentos	40
7.6. Plano Plurianual de Investimentos	41
8. Anexos	44
8.1. Encargos com empréstimos	45
8.2. Justificação de receitas	49

1. APRESENTAÇÃO

«Qualquer orçamento é um risco. Nunca sabemos como as coisas vão correr durante o ano. Sobretudo num tempo de crise como este.»

Teixeira dos Santos, Ministro das Finanças, RTP1 (Outubro de 2008)

As **Grandes Opções do Plano (GOPs)** e o **Orçamento do Município (OM)** contêm as orientações políticas, os programas, os projectos e as acções fundamentais que a Câmara Municipal de Terras de Bouro pretende concretizar em 2009.

A apresentação destes documentos ocorre num contexto de fim de mandato autárquico (2005-2009) e numa conjuntura de crise nacional e internacional, tendo como consequência o piorar das condições de vida das pessoas, sobretudo daquelas que habitam nas zonas interiores do país.

A agravar este fenómeno, temos o atraso verificado na contratualização das verbas do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) devido à publicação tardia da lei do associativismo municipal, que só ocorreu a 27 de Agosto de 2008, e que teve como consequência que, só no princípio do próximo ano, será possível contratualizar com os municípios alguns investimentos.

Por outro lado, a impossibilidade de incluir, como receita, o montante da derrama da EDP, devida pelos centros electroprodutores (prevista na Lei das Finanças Locais), por falta de enquadramento na Lei do OE 2009, situação que esperamos seja corrigida no OE 2010, não beneficia a situação financeira do Município que já se encontra prejudicada pelo limite de crescimento máximo de 5% imposto pela Lei das Finanças Locais em relação às transferências do OE.

Não obstante todos estes constrangimentos, prevemos um aumento significativo das receitas, não só devido às transferências decorrentes da assunção de novas competências no âmbito da Educação, mas devido a projectos com financiamento assegurado e a outras candidaturas em curso.

A conclusão de projectos prioritários para o Concelho, tais como o Centro Escolar do Vale do Homem (1,3 M€), o Pavilhão Gimnodesportivo (0.7 M€), a Piscina Municipal (1,3 M€), o *Natur* Parque de Vilarinho da Furna (1.ª fase), o Arranjo das Margens da Albufeira da Caniçada, etc., condicionarão, em grande parte, a execução do plano de 2009.

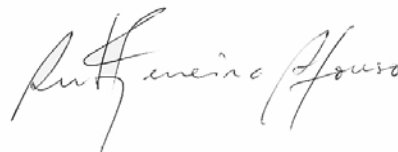
Assim, e de acordo com a alínea c) do n.º 2 do art.º 64.º da Lei n. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que alterou a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ainda com o Decreto-Lei n. 54-A/99, de 22 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n. 162/99, de 14 de Setembro, e pelo

Decreto-Lei n. 315/2000, de 2 de Dezembro, submetemos, à apreciação dos competentes órgãos autárquicos, as **Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município** para o ano de 2009.

Estes documentos previsionais, à semelhança dos anos anteriores, foram elaborados com o máximo rigor e seriedade e reflectem a nossa preocupação em, a par do controlo das despesas municipais, continuarmos a dar corpo a projectos fundamentais para o desenvolvimento integrado de Terras de Bouro.

Terras de Bouro, 13 de Novembro de 2008

O Presidente da Câmara Municipal,



(António José Ferreira Afonso)

2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As Grandes Opções do Plano para o ano de 2009 integram, no seu Plano Plurianual de Investimentos (PPI), vários projectos, dos quais se destacam, pela sua importância para as populações e pelo grau de investimento que acarretam, o Centro Escolar do Vale do Homem, a Piscina Municipal coberta da Sede do Concelho e o projecto de Valorização do Espaço Natural da Serra Amarela.

A Carta Educativa, homologada em Dezembro de 2006, preconiza a ampliação e reconversão das actuais escolas-sede dos dois Agrupamentos, Vale do Homem (Escola EB2,3/S P. Martins Capela) e Rio Caldo (Escola 2,3/S de Rio Caldo), para acolherem os alunos do 1.º Ciclo, ficando os Jardins de Infância concentrados num único espaço em cada Agrupamento, próximo da Escola sede do Agrupamento, prevendo a possibilidade de ocupação das actuais instalações do 1.º Ciclo, conforme a necessidade de ampliação e requalificação de salas.

A proposta de criação do **Centro Escolar do Agrupamento de Escolas do Vale do Homem** visa, através da construção de um edifício de elevada qualidade arquitectónica e funcional, possibilitar um eficaz reordenamento da rede educativa e contribuir para a melhoria da qualidade da aprendizagem dos alunos, prosseguindo os seguintes objectivos:

- Integrar níveis de ensino;
- Melhorar as condições de ensino e aprendizagem;
- Consolidar o objectivo da escola a tempo inteiro;
- Eliminar todos os regimes de funcionamento duplos.

A **Piscina Municipal** coberta da Sede do Concelho será uma realidade no próximo ano. Não obstante ainda não existir financiamento comunitário para a sua realização, o Município de Terras de Bouro avançará para a sua construção de imediato, com recurso a financiamento próprio. Para o financiamento total da obra o Município espera, com a colaboração do Sr. Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, Dr. Laurentino Dias, candidatá-la a uma das medidas previstas no programa operacional ON.2. Se tal não for possível, o financiamento será assegurado através do acesso às verbas a contratualizar no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Cávado.

O projecto de **Valorização do Espaço Natural da Serra Amarela**, que inclui o **Natur Parque de Vilarinho da Furna**, propõe-se desenvolver um conjunto de acções estruturadas que atenuem o agravamento de riscos ambientais e fazer deste território uma riqueza ambiental singular na região, no país e, até, no planeta.

Como o próprio nome indica, o *Natur Parque* privilegiará o ambiente natural, revitalizando os espaços de Vilarinho das Furnas e da Serra Amarela, alicerçando aí uma gama de valências atractivas e complementares que, de forma sustentada contribuam para a sua preservação e valorização da natureza e da biodiversidade, e cumulativamente, criem condições para o surgimento de actividades económicas que cooperem na fixação da população e fortaleça o sector turístico consolidado.

No contexto do *Natur Parque* propomos criar um trilho intermunicipal, na tipologia do pedestrianismo identificado de Grande Rota (GR), que será denominado Trilho interpretativo da Serra Amarela, com passagem por sítios de interesse ambiental e histórico, incluindo-se zonas de risco elevado de degradação (zonas ardidas, pedreiras e núcleos de infestantes), que tencionamos intervir e corrigir. Serão, ainda, construídas as seguintes infra-estruturas: Museu Subaquático, posto de recepção, fluviário, apiário, parque de campismo e melhoradas as acessibilidades.

Só estes três projectos representam um investimento que ultrapassa os quatro milhões de euros.

Mas a intervenção do Município, fruto do esforço que se tem desenvolvido na maximização dos fundos comunitários não se restringe a estas três obras.

O concelho Terras de Bouro, com a sua inserção no Parque Nacional da Peneda-Gerês, a quase totalidade do território inserida na Rede Natura 2000, e apresentando uma morfologia de montanha, assume características de município de natureza e ambiente.

No entanto, este contexto tem como inconveniente o facto de estando, longe dos grandes centros, apresentar constrangimentos de vária ordem derivados de estar condicionado por várias regulamentações (REN, RAN, PNPG, REDE NATURA) que restringem a actividade económica e a capacidade de edificação. De facto, estando a indústria bastante limitada, a actividade económica está muito dependente do turismo e comércio.

Sendo uma vantagem em termos de ambiente, torna-se uma desvantagem em termos de atractividade económica e criação de emprego, provocando, com isso, um forte êxodo da população para os grandes centros urbanos.

O município, atento a este declínio da população, vê o turismo como uma oportunidade estratégica, constituindo um dos pilares para a recuperação económica, tanto pelas suas condições naturais, como pelo facto do turismo no Norte constituir uma actividade com elevado potencial de crescimento.

De facto, a aposta na candidatura da Geira Romana a património da Humanidade; a requalificação da Vila Termal do Gerês com a aposta em valências de bem-estar e saúde; o

pólo constituído pelo S. Bento da Porta Aberta e a Albufeira da Caniçada e sua marina, a freguesia do Campo do Gerês que desponta exponencialmente para o turismo da natureza com a Pousada da Juventude de Vilarinho da Furna, o Núcleo Museológico constituído pelo Museu da Geira em fase de conclusão e o museu de Vilarinho da Furna, o parque de Campismo de Cerdeira, as várias empresas de animação e o mais recente projecto aprovado em sede de ON2, a Valorização da Serra Amarela com o seu *Natur Parque*; a Rota dos Moinhos de Santa Isabel, são prova do forte investimento efectuado na dinamização do turismo e ambiente.

É neste contexto que, numa estratégia de valorização de pequenos centros com potencial estruturante do território regional, se pretende colmatar estas lacunas, candidatando a construção e requalificação do **Parque Urbano do Ribeiro das Gordairas**, ao ávido de abertura de concurso para apresentação de Candidaturas de Operações Isoladas PRU / 1 / 2008. Este projecto tem como objectivos:

- Favorecer uma forte ligação com uma linha de água, melhorando o ambiente urbano, criando e qualificando um espaço verde urbano, que se quer que seja estendido a todo o rio Homem, numa fase posterior, através da construção de uma ecovia;
- Facilitar a mobilidade e o acesso imediato às várias infra-estruturas apresentadas no ponto anterior, com a fruição de todo o espaço, através da realização de percursos pedonais e cicláveis, constituindo uma referência na integração de todos estes equipamentos colectivos de referência e identidade urbana;
- Proporcionar um espaço multifuncional que permitirá a realização de um circuito de manutenção; o enriquecimento pedagógico e educacionais associados à horta pedagógica e Bosque de Freixos; a observação da magnífica paisagem nos miradouros que servirão o parque; a utilização de um polidesportivo e uma área de merendas que facilitará o convívio nos tempos livres;
- Focar esta intervenção na qualificação e valorização de um espaço muito degradado e que não dignifica a sede do concelho, promovendo a recuperação e requalificação deste espaço público, com a construção de um espaço estruturante e atractivo, e em que com os equipamentos e mobiliário a implementar constituem um exemplo de intervenção, concebida e planificada de forma sustentável, conferindo-lhe uma qualidade urbanística, que constituirá uma porta de entrada, numa zona nobre do concelho, que é considerado pelo epíteto de turismo e ambiente;
- Dinamizar, com a implementação deste parque e interligação com todas infra-estruturas envolventes, um forte impacto, quer economicamente, com estímulo ao turismo e comércio, quer indirectamente pelo aumento da auto-estima, sentido de pertença da população e aumento

de condições para melhoria do bem-estar das pessoas. Isto é bem patente pois é um sentimento geral que a sede do concelho não tem ainda, um espaço condizente para usufruto da população e em que as actividades ao ar livre começam a ganhar uma forte procura.

Em suma, com este empreendimento serão implementadas novas condições para criar, atrair e receber novos visitantes que procuram todas as nossas riquezas paisagísticas, património histórico-cultural e que queremos ver aumentadas com as áreas do lazer, cultura e desporto.

Outra proposta diz respeito à **Requalificação das Margens da Albufeira da Caniçada**, tendo em vista um conjunto de objectivos:

- Promover a preservação do espelho de água da albufeira e da qualidade ambiental das margens, evitando sobretudo a degradação das zonas de maior pressão, onde a carga antrópica é excessiva e indisciplinada;

- Dar continuidade a uma primeira fase já realizada de passeio entre as duas pontes e que se revelou uma acção de reconhecido êxito, apesar da sua reduzida dimensão, transformando aquele espaço degradado e de depósito de lixo numa “varanda” sobre o espelho de água. Neste sentido altera-se a filosofia inicial, em que a componente de construção civil era predominante, para soluções aligeiradas, desmontáveis e compatíveis com a fragilidade dos ecossistemas ripícolas;

- Promover a segurança dos peões numa via de grandes fluxos de ponta, retirando a circulação pedonal para percursos marginais e alternativos;

Promover a multiplicação de pontos de acesso ao plano de água, através de passadiços pedonais, contrariando a concentração habitual em determinados pontos do circuito, com as conhecidas conflitualidades;

- Finalmente, promover a fruição pública e turística do plano de água da albufeira e de um percurso de natureza com qualidade ambiental e estética invulgar.

Propõe-se a criação de dois percursos, com ligações entre si e com vocações distintas e complementares.

- Um percurso à cota alta, ao nível da estrada, e outro à cota baixa, ao nível do NPA da albufeira;

- Criação de condições para o desenvolvimento do turismo ambiental: natureza e recreio;

- Criação de infra-estruturas de segurança para peões - passeios marginais à faixa de rodagem;

- Criação de bolsas de estacionamento marginais à faixa de rodagem / disseminar pontos de acesso;

- Recuperação de zonas degradadas e valorização das margens da albufeira, dando seguimento à primeira fase;
- Criação de estruturas / percursos para contemplação da albufeira e zonas de descanso;
- Iluminação de segurança de passadiços, plataformas de descanso, de áreas de recreio e lazer;
- Sinalética de segurança e informativa;
- Recuperação da almofada ripícola.

No tocante à Via Romana, será finalizado o projecto “A Geira na Serra do Gerês” - 3ª fase e serão desenvolvidas as acções definidas na candidatura ao INTERREG IV-A da “**A Geira na Serra do Gerês**” - 4ª fase.

No âmbito de acessibilidades e serviços urbanos, prevê-se, ainda, um forte investimento em **vias de comunicação**, especialmente nas mais degradadas, que necessitam de requalificação fruto das intervenções realizadas por este Município com o saneamento e abastecimento de água.

Também no sector do saneamento básico e do abastecimento de água, daremos continuidade ao investimento realizado, alargando as taxas de cobertura destes serviços e melhorando o atendimento ao público.

No âmbito do planeamento municipal prevê-se a conclusão da revisão do Plano Director Municipal (PDM), do Plano de Pormenor do Bairro da EDP em Paradela – Valdosende e continuação do acompanhamento da revisão do Plano de Ordenamento do PNPG.

Na área do desenvolvimento social e cultural, daremos continuidade às actividades já desenvolvidas nos anos anteriores, tendo em vista a promoção do concelho e o seu desenvolvimento integrado.

Na área da **modernização administrativa**, promoveremos a disponibilização de uma plataforma electrónica para interacção com os munícipes. Serão disponibilizados **serviços on-line**, onde se poderão submeter requerimentos, pedidos de informações, reclamações/sugestões, e visualização do estado dos processos administrativos em curso na autarquia. Daremos, também, início ao processo de **Certificação da Qualidade** dos serviços municipais. Será, ainda, implementado o **Balcão Único de Atendimento** e a **Factura Electrónica**.

No âmbito do planeamento estratégico, decorrem, neste momento, reuniões com o Município de Amares, a Empresa Municipal de Vila Verde – Proviver – e o Instituto Intervir Mais, da Universidade Católica, para a definição de uma estratégia de implementação de uma **Agenda 21** supra-municipal e futura candidatura ao regulamento específico – Acções de

Valorização e Qualidade Ambiental, bem como a definição das áreas de intervenção a privilegiar em cada município.

Colocada a questão da articulação com um Pano Estratégico para o concelho, a Dra. Marta Pinto (Intervir Mais) adiantou que é mais pertinente a elaboração de uma estratégia para o Município após a Agenda 21, pois na sua implementação serão auscultados todos os agentes do concelho e serão elaborados planos de acção para os principais sectores socioeconómicos. Assim, preconizamos que o Plano Estratégico apenas seja retomado numa fase mais avançada da implementação da Agenda 21 Local, de forma a poder incorporar aquelas conclusões.

No sector da educação, o ano de 2009 será determinado por três grandes vectores: a construção e entrada em funcionamento do Centro Escolar do Vale do Homem, a transferência para a autarquia do pessoal não docente e o alargamento da acção social escolar aos alunos do 1.º Ciclo do ensino básico, dando cumprimento às directrizes do Ministério da Educação, consignadas, nomeadamente, no Despacho n.º 20956/2008, de 11 de Agosto, e no Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, o qual deu origem ao estabelecimento de Protocolo entre o Município e o Ministério da Educação.

Em suma, concretizar-se-á mais uma etapa da modernização do sector educativo, preparada de forma faseada e tranquila nos anos anteriores, como foi o caso do encerramento gradual e negociado dos estabelecimentos de ensino.

Como intervenção substancial, em 2009, teremos a construção do Centro Escolar do Agrupamento de Escolas do Vale do Homem, incluindo a construção do pavilhão gimnodesportivo, e iniciar-se-ão os estudos e projectos para o Centro Escolar do Agrupamento de Escolas de Rio Caldo, ao mesmo tempo que se actualizará a Carta Educativa do concelho.

Manter-se-á o protocolo da autarquia com a Segurança Social e a DREN a fim de compartilhar as refeições do 1.º ciclo e complementos de horário dos jardins-de-infância, através dos Centros Sociais do Concelho ou através de financiamento directo da autarquia, tentando fomentar também o intercâmbio de actividades entre os jardins-de-infância do sector público e do privado.

Praticando uma política de proximidade, manteremos uma estreita colaboração com a gestão dos Agrupamentos de Escolas como forma de dar resposta a situações e problemas que, no dia-a-dia, ocorrem nas escolas, numa perspectiva de resolução imediata das situações surgidas que, de outro modo, o Ministério da Educação demoraria a resolver.

Nas actividades de enriquecimento curricular, contribuiremos com os recursos humanos, com o apoio logístico de transportes para as aulas de actividade físico-motora, bem como com algum equipamento e consumíveis para o desenvolvimento das actividades aprovadas pelo

Conselho Municipal de Educação e organizadas em sintonia com a gestão dos Agrupamentos de Escolas.

Conscientes da carência de pessoal auxiliar nos estabelecimentos do 1.º ciclo, o município tentará atenuar a falha com o recurso a munícipes desempregados através de programas de ocupação e de serviços à comunidade.

Continuaremos o apoio às actividades de enriquecimento curricular –AECs–, assegurando a aquisição dos manuais de língua inglesa, o transporte dos alunos para a actividade física e desportiva e outras que as escolas levem a cabo, unicamente possíveis com a logística da Câmara Municipal, sendo uma maneira da autarquia se associar e articular acções tendentes a enriquecer o Plano de Actividades dos Agrupamentos.

Serão assegurados financiamentos às escolas, via Agrupamentos, para suportar as despesas com higiene e conforto, para material didáctico, auxílios económicos a alunos mais carenciados e para outras actividades extracurriculares.

Ação Social Escolar do Ensino Básico e Secundário:

- Participação no pagamento dos manuais escolares dos alunos do 1.º Ciclo, em função do escalão do Abono de Família, conforme despacho 20956/2008, de 11 de Agosto, ou outra legislação que, entretanto, for definida;
- Participação no pagamento das refeições dos alunos do 1.º Ciclo, de acordo com o respectivo Abono de Família;
- Pagamento do remanescente entre o preço da refeição e o valor pago por todos os alunos, independentemente dos rendimentos do agregado familiar.
- Assegurar a instalação e cobertura da banda larga, no âmbito do programa e escolinhas/projecto “Magalhães”.
- Assegurar o apoio psicopedagógico aos alunos e famílias mais vulneráveis através da aquisição de serviços de psicologia e orientação escolar a disponibilizar e a ser gerido pelos Agrupamentos de Escolas.

Ensino Especial

Aos alunos e às famílias em cujo agregado exista alunos com necessidades educativas especiais o município prestará apoio que, de forma geral, se concretizará da seguinte forma:

- Concessão de transporte escolar gratuito em veículos da autarquia ou públicos;
- Apoio às famílias para acompanhar os filhos nos transportes, quando as situações assim o exijam;
- Fornecimento de equipamento ou material específico;

- Apoio dos serviços psicossociologia e orientação escolar.

Ensino profissional

Tentar-se-á manter em funcionamento o pólo da Escola Profissional Amar Terra Verde, não obstante o funcionamento obrigatório de cursos profissionais nas escolas públicas do concelho, bem como será assegurada a rede de circuitos escolares que satisfaçam a necessidade dos alunos que frequentem o ensino profissional fora do concelho.

Fomentar-se-á o ensino e a requalificação escolar e profissional, através do Instituto do Emprego e Formação Profissional e sobretudo através das candidaturas, quer por iniciativa do município, quer no apoio a entidades externas, no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano – POPH.

Paralelamente, será política do município continuar a assegurar a realização de estágios curriculares dos cursos técnico profissionais a jovens do concelho.

Ensino superior

Será dado apoio aos alunos pertencentes a agregados familiares carenciados, através de atribuição de subsídio, conforme regulamento existente para o efeito (agregado familiar com rendimento *per capita* inferior ao salário mínimo nacional), bem como proporcionar a realização de estágios curriculares a alunos do concelho.

Transportes escolares

A Câmara Municipal assegurará uma rede de transportes escolares capaz de servir, em termos de segurança para os alunos e comodidade para as famílias, através de uma variada e múltipla articulação de circuitos de transportes escolares, envolvendo a autarquia, instituições como os Centros Sociais e o recurso a empresas de transportes públicos de passageiros que operam na região.

Como medida de segurança o município assegurará a presença de vigilantes nos autocarros propriedade do município.

Tal como de anos anteriores, serão garantidos os transportes gratuitos para alunos do ensino especial e 50% do valor do “passe” dos alunos do ensino secundário, podendo estes, em caso de carência económica, ser subsidiados em 100%, conforme regulamento para o efeito (agregado familiar com rendimento *per capita* inferior a 50% do salário mínimo nacional).

Requalificação, Valorização e Certificação de Competências –RVCC

O município aproveitará a existência da “Plataforma” intermunicipal e dos CNOs locais, nomeadamente da ATAHCA e da Escola Amar Terra Verde para continuar a realizar acções

de Requalificação, Valorização e Certificação de Competências, em diversos níveis, para os municípios, disponibilizando o apoio logístico da UNIVA concelhia.

Na área da Gestão de Equipamentos Municipais, o Município dispõe dos seguintes equipamentos, geridos directamente pelo Executivo:

- Centro de Animação das Caldas do Gerês;
- Casa dos Bernardos – Santa Isabel do Monte;
- Centro Náutico de Rio Caldo;
- “Porta” do PNPG/”Museu” de Vilarinho das Furnas;
- Núcleo Museológico e Galeria dos Miliários;
- Piscina Municipal (a entrar em funcionamento a partir do Verão).

Para cada um destes sectores e respectivos serviços é preocupação do Município que os mesmos desempenhem as funções para que foram criados e, se possível, possam gerar receitas.

No Centro de Animação das Caldas do Gerês manter-se-á a cedência de instalações para o pólo da Escola Profissional e para a realização de formação no âmbito das “Novas Oportunidades”. Continuará a funcionar o “Espaço Internet” e de apoio ao Serviço de Emprego e Formação Profissional.

É propósito do município proceder à lavagem das fachadas do edifício, para além de acautelar a respectiva manutenção desses equipamentos.

Para a concretização destes objectivos, e tendo em conta que os serviços poderão e deverão funcionar como pólos de atracção de visitantes, importa realizar algumas melhorias e trabalhos de manutenção, a saber: prolongamento do varadouro/rampa de acesso de barcos e da plataforma de acesso aos finger’s, caso seja exequível do ponto de vista técnico, envidando esforços junto da EDP para que esta empresa assuma algumas das despesas, aquando da descida do nível do espelho de água e reparação dos pilares das pontes sobre a albufeira, requalificação da cobertura da embarcação “Rio Caldo” e proceder à realização de obras de forma a retirar as águas pluviais das instalações.

Quanto ao Núcleo Museológico este será gerido em integração com o Museu de Vilarinho das Furnas e Porta do Parque Nacional, tornando-o mais um factor de atracção do concelho, nomeadamente do Campo do Gerês.

No que diz respeito à Galeria dos Miliários na Portela do Homem está prevista a sua exploração através de um concessionário, tendo também a autarquia solicitado ao ICNB a cedência do edifício do antigo posto da Guarda Fiscal para residência do concessionário.

Quanto ao Centro Interpretativo do Garrano, a sua gestão, de acordo com o concurso público, está acometida à empresa de animação turística Gerês Equi'Desafios, mantendo-se a autarquia atenta à prossecução dos seus objectivos.

Os restantes projectos poderão ser aferidos no mapa constante do ponto 7.7 deste documento.

3. APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA

Conforme estabelecido em anos anteriores e não obstante o estrangulamento orçamental a que o Município está sujeito pelas razões já aduzidas, a Câmara Municipal, ouvidas as Juntas de Freguesia, propõe-se realizar, por administração directa ou transferência para a respectiva Junta de Freguesia, um conjunto de obras cujas prioridades constam do quadro que se segue:

Freguesia	Obras a protocolar/executar
Balança	1. Pavimentações várias.
Brufe	1. Conclusão do palco;
	2. Arranjo interior de Cabaninhas;
	3. Candidaturas de caminhos agrícolas: Outeirinho (Cortinhas) e Coroa (Brufe);
	4. Construção de capela mortuária e arranjo do espaço envolvente.
Campo	1. Elaboração de Plano Estratégico de Desenvolvimento do Campo do Gerês;
	2. Arranjo urbanístico do lugar de Fijogo (2.ª fase);
	3. Alargamento da estrada do Cruzeiro/Guarda;
	4. Saneamento e repavimentação da rua de Fundevila.
Carvalheira	1. Pavimentação no lugar de Assento;
	2. Substituição da calçada por paralelo no acesso a Cabaninhas;
	3. Empedrar as valetas do Gradouro a Chão-de-Pinheiro;
	4. Recuperação da estrada Gradouro a Infesta;
	5. Construção de passeio entre Outeiro das Cruzes e o Assento.
Chamoim	1. Construção de ETAR em Pergoim;
	2. Ampliação do Cemitério;
	3. Pavimentação entre Sequeirós e Pergoim;
	4. Projecto de ponte pedonal para substituir a antiga ponte de arame.
Choreense	1. Construção de estações elevatórias nos lugares de Aldeia e Casal;
	2. Pavimentação de caminhos: Saim (centro), Casa e largo do Cruzeiro (conclusão);
	3. Construção de abrigos de passageiros: Quintela e Cabanelas;
	4. Continuação do passeio para peões entre o Barreiro e Quintela;
	5. Construção de parque de lazer no Fojo.
Cibões	1. Arranjo urbanístico do espaço em frente ao Centro Social e à Igreja;
	2. Construção de capela mortuária;
	3. Pavimentações no lugar de Gilbarbedo (Ribeiral), Assento (Telheira), Estoufe e Parreirinha;

Covide	1. Beneficiação do estradão de Freitas e alargamento no centro do lugar;
	2. Arranjo do espaço envolvente à capela mortuária;
	3. Instalação de reservatório de água no lugar da Igreja;
	4. Conclusão do sistema de combate a incêndios;
	5. Instalação de ETAR em Freitas;
	6. Construção de passeio para peões entre o “Galego” e o “Eiras”;
	Arranjo do largo do Cruzeiro.
Gondoriz	1. Pavimentação de alguns troços do caminho da Telheira;
	2. Candidatura para pavimentação da estrada florestal Refonteira/Guardenha;
	3. Alargamento do caminho do Agrinho.
Moimenta	1. Candidatura do projecto para construção da sede da Junta de Freguesia;
	2. Passeio para peões entre a Vila de Terras de Bouro e o Cavacadouro (1.ª fase);
	3. Pavimentações (Moimenta-a-Velha, Rua do Lagar, Pesqueiras, Andrias, Rega e Cavacadouro);
	4. Alargamento do acesso ao lugar do Cavacadouro (parte de baixo);
	5. Arranjo urbanístico do largo do Cavacadouro;
	6. Elaboração de projectos para candidatura de construção de praias fluviais.
Monte	1. Saneamento em Campos Abades (conclusão), Alecrimes, Ventozelo e Seara;
	2. Projecto para construção de capela mortuária;
	3. Pequenos alargamentos e pavimentações nos centros dos lugares;
	4. Ampliação do muro do cemitério;
	5. Construção de um abrigo de passageiros em Alecrimes.
Ribeira	1. Pavimentação da envolvente à escola no lugar do Assento (futura sede da JF);
	2. Alargamento de curvas no início do caminho de Gogide/Lamelas e respectiva pavimentação;
	3. Pavimentação do espaço envolvente ao abrigo de passageiros no lugar de Outeiro;
	4. Abertura de caminho de Gogide a Santa Cruz;
	5. Candidatura do caminho rural de Lodeiro/Chemedião.
Rio Caldo	1. Pavimentações várias: Coutinho, Parada, Barca e Paredes;
	2. Saneamento em vários lugares;
	Pavimentação do caminho do Pisão – Parada.
Souto	1. Polidesportivo (2.ª fase: acessibilidades. Electrificação e piso sintético);
	2. Pavimentação do acesso à igreja e de caminho no lugar de Sá;
	3. Construção de um abrigo de passageiros no lugar de Caneiro;
	4. Alargamento de caminho nas Quintães;
	5. Pavimentação do arruamento Prensa/cruzamento.
Valdosende	1. Arranjo da envolvente à Igreja do Chamadouro;
	2. Construção de abrigos de passageiros;
	3. Saneamento e repavimentação em vários lugares.
Vilar	1. Saneamento no lugar da Mota;
	2. Arranjo de caminho no lugar da Mota;
	3. Repavimentação da estrada Outeiro/Travassos;
	4. Construção de passeio pedonal entre a Sr.ª do Livramento e o “Galego”.
Vilar da Veiga	1. Alargamento de caminhos: Adpropeixe, Meia-Légua e Ermida;
	2. Construção de muro no caminho do campo de futebol em Admeus de Cima.

4. EXECUÇÃO DOS PROJECTOS

A Câmara Municipal seguirá, para execução dos projectos constantes do presente plano, as normas legais vigentes, valendo-se da administração directa, ajuste directo, ou concurso público, designadamente o Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

Como previsto no número anterior, a Câmara Municipal poderá protocolar com as Juntas de Freguesia a execução de alguns projectos ou trabalhos de menor dimensão, assegurando-lhes o respectivo financiamento nos termos do artigo 15.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, para o que se solicita, desde já, a anuência da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

Estes projectos referir-se-ão, especificamente, às intervenções descritas no quadro do número anterior, podendo, excepcionalmente, e para obras/intervenções de carácter urgente, estabelecer-se novo protocolo, para o que se propõe, como referência, **um limite de 50.000,00 Euros**, em termos de estimativa orçamental.

5. FINANCIAMENTOS

Tendo em consideração a Lei das Finanças Locais, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias locais, e a distribuição no financiamento assegurado ao Plano e despesas de funcionamento, foram tomadas como contrapartidas e a exemplo dos anos anteriores as seguintes receitas:

1. Receita própria do Município	2.330.000,00 €	17,9 %
2. FEF, FSM e IRS (correntes e de capital)	5.656.128,00 €	43,4 %
3. Outras Transferências	918.200,00 €	7,0 %
4. FEDER; PO-NORTE; FSE	3.327.800,00 €	25,5 %
5. Empréstimos	800.000,00 €	6,1 %
6. Reposições	5,00 €	0,0 %
TOTAL DA RECEITA	13.032.133,00 €	

Despesas com financiamento assegurado:

1. Pessoal	3.649.500,00 €	28,0 %
2. Encargos com Empréstimos	590.000,00 €	4,5 %
3. Outras despesas de funcionamento	2.594.999,00 €	19,9 %
4. Despesas de Plano	6.197.634,00 €	47,6 %
TOTAL DA DESPESA	13.032.133,00 €	

Face aos inúmeros e avultados projectos em curso, e que terão a sua maior incidência de execução física e financeira ao longo do ano de 2009 (Centro Escolar, Piscina Municipal, Natur Parque de Vilarinho da Furna, etc.), a Câmara Municipal poderá ter necessidade de recorrer a empréstimos bancários, sejam de curto prazo – para fazer face a dificuldades de tesouraria – sejam de médio e longo prazo para garantir o financiamento (na parte não comparticipada) daqueles projectos. Nestes termos, solicita-se, desde já, **a anuência da Assembleia Municipal para**, nos termos da alínea d) do número 2 do artigo 53.º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, **recorrer a este instrumento de gestão até 500.000,00 €, para empréstimos de curto prazo**, sempre com o respeito pelos limites ao endividamento fixados pela Lei da Finanças Locais – Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

RECEITAS PRÓPRIAS DO MUNICÍPIO

No cálculo das receitas correntes, as importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas, foram calculadas segundo a média aritmética simples dos últimos 24 meses, conforme preceituado, na alínea a) do ponto 3.3. das considerações técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), com as alterações dadas pelos Decretos-Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro e 315/2000, de 2 de Dezembro. A excepção a esta regra é o valor previsto para a derrama que se considerou, por só ter sido lançada em 2008, o valor arrecadado durante o último ano.

As restantes receitas correntes foram calculadas através do método da avaliação directa, partindo-se da verba prevista no orçamento para o ano anterior e das receitas efectivamente arrecadadas, tendo em atenção que não haverá alterações significativas no seu comportamento. Não será por demais referir que este método permite uma previsão das receitas mais correcta e contribui fortemente para o não empolamento do orçamento, com as devidas repercussões no equilíbrio da respectiva gestão.

No âmbito das receitas próprias do Município, define a Lei das Finanças Locais que *“constituem receitas dos municípios:*

a) O produto da cobrança dos impostos municipais a cuja receita têm direito, designadamente, o imposto municipal sobre imóveis (IMI), o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) e o imposto municipal sobre veículos (IMV), sem prejuízo do disposto na alínea a) do artigo 17.º da presente lei;

b) O produto da cobrança de derramas lançadas nos termos do artigo 14.º;

c) ... ”

O Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, com a redacção dada pelas Leis n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro, n.º 21/2006, de 23 de Junho e n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro, fixa no seu artigo 112.º, as respectivas taxas, criando os seguintes limites:

- Prédios rústicos: 0,8% (al. a) n.º 1);
- Prédios Urbanos: 0,4% a 0,8% (al. b), n.º 1);
- Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,2% a 0,5% (al. c), n.º 1).

Define, o n.º 5 do mesmo artigo, que os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano dentro dos intervalos previstos.

O n.º 13 do referido artigo 112.º do CIMI determina que as deliberações da Assembleia Municipal referidas no presente artigo devem ser comunicadas à Direcção-Geral dos Impostos, por transmissão electrónica de dados, para vigorarem no ano seguinte, até 30 de Novembro.

Nestes termos, propõe-se:

- **Que a taxa referida na al. b) do n.º 1 do artigo 112.º do CIMI seja fixada em 0,7%;**
- **Que a taxa referida na al. c) do mesmo número e artigo do CIMI seja fixada em 0,4%;**
- **Que estas taxas sejam minoradas, em todo o concelho, nos termos do n.º 6, do mesmo artigo, e no âmbito do combate ao despovoamento, em 30%;**
- **Que estas taxas sejam majoradas, nos termos do n.º 8 do mesmo artigo, em 30% para os prédios urbanos degradados.**

Relativamente à Derrama, refere a Lei das Finanças Locais que *"Os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território"*.

O produto desta receita destina-se a ser utilizado no financiamento da actividade municipal, quer directamente em investimentos, quer em outras despesas inerentes à prossecução dos seus objectivos, como seja em pessoal afecto às diversas actividades e investimentos, apoios a organizações ou instituições com intervenção no município ou, ainda, no desenvolvimento de iniciativas e acções em áreas da competência municipal.

Nestes termos, propõe-se o lançamento de uma derrama de 1 % sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas.

Propõe-se, ainda, que, nos termos do n.º 4, do artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, a Assembleia Municipal aprove uma taxa reduzida de derrama, de 0,05%, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse € 150.000,00.

O n.º 1 do artigo 20.º da Lei das Finanças Locais refere, ainda, que “*Os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respectiva colecta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS*”.

Refere o n.º 2 do mesmo artigo que “*A participação referida no número anterior depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual deve ser comunicada por via electrónica pela respectiva câmara municipal à Direcção-Geral dos Impostos, até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos*”.

Face ao exposto, seguindo a política do estabelecido para o IMI, propõe-se **a fixação da taxa de 2% como taxa pretendida pelo Município**. Esta verba será canalizada para **incentivos à natalidade** a serem atribuídos conforme regulamento a aprovar durante o ano de 2009.

TRANSFERÊNCIAS

Transferências do OGE (FEF/FSM/IRS):

As importâncias relativas a transferências do Orçamento Geral do Estado estão inscritas com valor aprovado para o ano de 2008, por não se encontrar publicado o Orçamento Geral de Estado para 2009, conforme estipulado na alínea c) do ponto 3.3. – Regras previsionais, do POCAL.

Outras Transferências:

As restantes transferências correntes são calculadas com base nos elementos fornecidos pelos diversos serviços, conforme mapas anexos e tendo em consideração o seu comportamento em anos anteriores. Além destas, são criadas as seguintes rubricas residuais:

> Particulares:

- ♦ Indemnizações por prejuízos causados por terceiros – 1.000 €

> Reposições não abatidas nos pagamentos:

- ♦ Para fazer face às reposições provenientes da EDP – 5,0 €

Empréstimos

A verba mencionada nesta rubrica – €800.000,00 – refere-se a empréstimos devidamente contratados, mas não utilizados, em virtude de os projectos a que se destinam ainda não se encontrarem concluídos.

Anexa-se a informação prestada pela Caixa Geral de Depósitos e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vila Verde e Terras de Bouro que quantifica duma forma clara todos os empréstimos contratados e respectivos saldos devedores com referência a 31 Dezembro. A previsão de encargos a satisfazer com os mesmos consta de anexo ao presente orçamento.

6. – GESTÃO DE PESSOAL

A recente publicação da Lei dos Vínculos, Carreiras e Remunerações (LVCR) – Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, veio alterar profundamente a gestão dos recursos humanos da administração pública.

Desde logo o seu artigo 4.º – Planificação da actividade e dos recursos – define que *“tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objectivos superiormente fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis, os órgãos e serviços planeiam, aquando da preparação do orçamento, as actividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução, (... ..) bem como o respectivo mapa de pessoal”*. *“Os elementos referidos acompanham a respectiva proposta de orçamento”*.

“Os mapas de pessoal são aprovados, mantidos ou alterados pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento ...” (n.º 3, artigo 5.º LVCR).

O artigo 7.º refere que *“as verbas orçamentais dos órgãos e serviços afectas a despesas com pessoal destinam-se a suportar os seguintes tipos de encargos:*

- a) Com as remunerações dos trabalhadores que se devam manter em exercício de funções no órgão ou serviço;*
- b) Com recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados e, ou, com alterações do posicionamento remuneratório na categoria de trabalhadores que se mantenham em exercício de funções.*

No que diz respeito aos trabalhadores a recrutar as verbas já se encontram inseridas no orçamento (rubrica 01 – Despesas com o pessoal) e destinam-se a postos de trabalho a criar em função dos equipamentos que estão a ser construídos ou a construir (Museu da Geira,

Galeria dos Miliários, Piscina Municipal, etc.). No que diz respeito à alteração de posição remuneratória dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções fixa-se um valor de 75.000,00 € integrados na rubrica 010103 – Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal dos quadros – Regime da Função pública.

Face aos imperativos legais referidos, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere aprovar o mapa de pessoal seguinte, que inclui o pessoal a transferir para esta autarquia nos termos do protocolo assinado com o Ministério da Educação em 22 de Setembro de 2008, para o qual se solicita a ratificação da Assembleia Municipal.

Atribuições/ competências/ actividades	Unidade orgânica/centros de competência ou de produto/área de actividades	Chefe de divisão (1)	Técnico superior	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado operacional	Assistente operacional	Área de formação académica e/ou profissional	Nº de postos de trabalho	OBS
Anexo 1	Gabinete de Apoio Pessoal									0	
Anexo 2	Gabinete de Apoio Jurídico e Contencioso		1						Direito	1	
						1				1	
Anexo 3	Protecção Civil e Gabinete Técnico Florestal		1						Agro-pecuária	1	
			1						Administração Pública	1	a)
Anexo 4	Gabinete de Apoio ao Investidor		1						Filosofia e Desenvolvimento de Empresas	1	a)
	Subtotal		4			1				5	
Anexo 5	Divisão Administrativa e Financeira	1							Contabilidade	1	
			1						Contabilidade/Administração	1	
			1						Filosofia e Desenvolvimento de Empresas	1	
			1						Higiene e Segurança no Trabalho	1	
				3						3	
					5					5	
						9				9	
								6		6	
	Sub-total	1	3	3	5	9		6		27	
Anexo 6	Divisão de Obras Municipais	1							Engenharia Civil	1	
						4				4	
							4			4	
								37		37	
	Subtotal	1				4	4	37		46	
Anexo 7	Divisão de Planeamento e Urbanismo	1							Engenharia Civil	1	
			1						Arquitectura	1	
			1						Engenharia Civil	1	
			1						Arquitectura	1	
			1						Engenharia de Topografia	1	
				1						1	
					1					1	
						5				5	
	Subtotal	1	4	1	1	5				12	
Anexo 8	Divisão de Saneamento Básico e Ambiente	1							Engenharia Civil	1	
			1						Engenharia Civil	1	
			1						Engenharia Ambiental	1	a)
			1						Medicina Veterinária	1	
					2					2	
						3				3	
							2			2	
								18		18	
	Subtotal	1	3		2	3	2	20		31	a)

Atribuições/ competências/ actividades	Unidade orgânica/centros de competência ou de produto/área de actividades	Chefe de divisão (1)	Técnico superior	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado operacional	Assistente operacional	Área de formação académica e/ou profissional	Nº de postos de trabalho	OBS
Anexo 9	Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural	1							Relações Internacionais	1	
			1						Filosofia	1	
			1						Turismo	1	
			1						Sociologia	1	
			1						Educação	1	
			1						Arqueologia	1	
			1						Serviço Social	1	a)
			1						Animador Univa	1	a)
			1						Engenharia do Ambiente	1	a)
					1					1	
						5				5	
								16		16	
								4		4	a)
	Subtotal	1	8		1	5		20		35	
	Total	5	22	4	9	27	6	83		156	
Anexo 10	Educação e Ensino									0	
	Agrupamento de escolas de Rio Caldo				1					1	
						2				2	
						2					
								24		24	
	Agrupamento de escolas do Vale do Homem				1					1	
						4				4	
						1				1	a)
							1			1	
								23		23	
								2		2	a)
	Total				2	9	1	49		61	
	A contratar		1						Desporto	1	
						2				2	
								8		8	
	Total		1			2		8		11	
	Totais gerais	5	23	4	11	38	7	140			
	Total									228	

(1) Criado pela Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro

(a) - Número de postos de trabalho com relação jurídica por tempo determinado

Mapa de Pessoal – Anexo 1

1. Ao Gabinete de Apoio ao Presidente compete prestar assessoria técnico administrativa ao presidente da Câmara e vereadores, designadamente no domínio do secretariado, de informação e relações públicas, de ligação com os órgãos colegiais do município e juntas de freguesia, de preparação e acompanhamento do plano de actividades, da preparação de inquéritos de opinião com munícipes e definição de políticas.
2. Compete, em especial, ao Gabinete de Apoio:
 - a. Preparar a agenda das actividades do Gabinete;
 - b. Receber pedidos de audiência e fazer a sua marcação;
 - c. Preparar a realização de entrevistas, reuniões conferências de imprensa ou outros acontecimentos em que o presidente e ou outros vereadores devam participar;
 - d. Preparar, apoiar e orientar as reuniões e visitas protocolares;
 - e. Assegurar a expedição de convites para actos, solenidades ou manifestações de iniciativa municipal e promover a sua publicidade, quando dela careçam;

Mapa de Pessoal – Anexo 2

Ao Gabinete de Apoio Jurídico e Contencioso compete:

1. Elaborar projectos ou propostas de normas, regulamentos e posturas municipais;
2. Elaborar textos de análise e de interpretação das normas jurídicas com incidência na actividade municipal;
3. Emitir informações e pareceres sobre assuntos que lhe tenham sido cometidos;
4. Patrocinar o município em juízo;
5. Apoiar os membros dos órgãos do município em processos judiciais relacionados com o exercício das respectivas funções;
6. Apoiar o município nas suas relações com outras entidades;
7. Coordenar os processos de expropriações e de constituição de servidões administrativas;
8. Instruir processos disciplinares, de inquérito, de sindicância ou de meras averiguações bem como os relativos a contra-ordenações.

Mapa de Pessoal – Anexo 3

Actividades do Sector de Protecção Civil

1. Finalizar a elaboração do Plano Municipal de Emergência, de acordo com a recente Directiva relativa aos critérios e normas técnicas para elaboração e operacionalização dos planos de emergência de protecção civil.
2. Elaborar de uma página web alusiva à Protecção Civil Municipal, onde serão expostas informações relativas a riscos, medidas de auto-protecção; contactos das entidades que intervém em protecção civil; avisos às populações, etc.
3. Actualizar dos meios e recursos afectos às actividades da protecção civil;
4. Dar a conhecer à população em geral dos riscos a que estão sujeitos e os comportamentos a adoptar perante estes;
5. Fiscalizar a aplicação de normas de protecção e prevenção em estabelecimentos abertos ao público;
6. Acompanhar a política de Protecção Civil efectuada nas escolas do município, dando-lhe apoio técnico em simulacros e exercícios testes;
7. Dar a conhecer á população em geral, dando especial atenção às crianças e jovens dos equipamentos no âmbito de emergência e prevenção;
8. Realização de campanhas de sensibilização (de acordo com a realidade dos riscos de maior incidência no município);

9. Acções de formação de Protecção Civil e Socorro para crianças;
 10. Dia aberto do Quartel dos Bombeiros, de forma a dar a conhecer os meios e metodologias de intervenção, etc.
 11. Aumentar o grau de ligação entre as entidades que desenvolvem actividades de socorro e emergência e compõem a Comissão Municipal de Protecção Civil (CMPC), Câmara e Bombeiros, GNR, Unidade de Saúde, entre outras.
 12. Manter os serviços da Câmara Municipal uma estreita colaboração no sentido de dar uma resposta eficaz aos problemas causados pelas condições meteorológicas, incêndios, roturas e inundações, etc.
 13. Comemoração dos dias comemorativos afectos à Protecção Civil: Dia Nacional da Protecção Civil; Dia Internacional para a Redução de Catástrofes;
 14. Elaboração de uma candidatura aos fundos do Novo Quadro Comunitário (ON2);
 15. Proceder à ligação do rádio afecto ao Serviço Municipal de Protecção Civil (Mike 3.10).
 16. Continuar a dar assistência técnica à Escola EB 2,3/S Pe. Martins Capela no curso de Protecção de Pessoas e Bens, realização de queimas, actividades de sensibilização, etc.
 17. Efectivação do Projecto “Oficinas de Protecção Civil” junta das escolas do município;
 18. Desenvolver Plano de Emergência Interno (PEI) para algumas instituições a ela afecta (Barco Turístico), Casa dos Bernardos e Centro de Animação das Caldas do Gerês.
- Integrado neste sector funciona o Gabinete Técnico Florestal, ao qual estão acometidas as seguintes actividades:
- a. Sessões de sensibilização, junto da população de Terras de Bouro;
 - b. Realização de candidaturas ao fundo Florestal Permanente e a outros programas de financiamento, nomeadamente ao PRODER, no sentido de melhorar e aumentar as infra-estruturas de apoio à defesa floresta contra incêndios;
 - c. Actualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) e do Plano Operacional Municipal (POM);
 - d. Participação nas tarefas de Planeamento e Ordenamento dos espaços Rurais e Florestais;
 - e. Construção e Gestão de um SIG de defesa da Floresta contra Incêndios;
 - f. Colaboração com as Juntas de Freguesia, na Manutenção e beneficiação da Rede Viária Florestal.

Mapa de Pessoal – Anexo 4

Constituem atribuições do Gabinete de Apoio ao Investidor:

1. Apoiar os investidores, assegurando o acompanhamento necessário à sua instalação no concelho;
2. Apoiar os investidores, com actividade económica desenvolvida no concelho, no acesso a informação técnica especializada, a informação inerente aos apoios, fundos comunitários e outros programas de financiamento dirigidos à actividade empresarial;
3. Estimular a promoção do espírito empresarial dos desempregados e dos jovens apoiando-os na criação do próprio emprego;
4. Desenvolver acções de promoção e divulgação dos recursos, capacidades endógenas e vantagens competitivas do concelho na sua vertente económica, promovendo as relações com parceiros locais, associações empresariais, instituições de ensino e demais entidades e agentes de desenvolvimento;
5. Elaborar estudos e análises relativos à actividade empresarial do concelho.

Mapa de Pessoal – Anexo 5

A Divisão Administrativa e Financeira, tem por atribuição o apoio técnico administrativo às actividades desenvolvidas pelos restantes órgãos e serviços do município, competindo-lhe, designadamente:

1. Assegurar a execução de todas as tarefas que se insiram nos domínios da administração dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais, de acordo com as disposições legais aplicáveis e critérios de boa gestão;
2. Promover e zelar pela arrecadação das receitas do município;
3. Executar as tarefas inerentes à recepção, classificação, expedição e arquivo de todo o expediente;
4. Propor e colaborar na execução de medidas tendentes ao aperfeiçoamento organizacional e à racionalização de recursos;
5. Organizar e dar sequência aos processos administrativos de interesse dos munícipes, quando não existam subunidades orgânicas com essa finalidade;
6. Dar apoio aos órgãos do município;
7. Garantir gestão de todo o património da Câmara Municipal;
8. Desenvolver todas as tarefas administrativas relativas à gestão de pessoal;
9. Certificar, nos termos legais, os factos e actos que constem dos arquivos municipais e, bem assim, as matérias das actas da Assembleia Municipal e Câmara Municipal;
10. Organizar a conta de gerência e participar na elaboração do relatório anual, bem como no plano de actividades e orçamento;
11. Exercer as demais funções que lhe forem cometidas por lei, regulamento ou por deliberação da Câmara Municipal;

Mapa de Pessoal – Anexo 6

À Divisão de Obras Municipais, compete:

1. Executar obras de infra-estruturas de loteamentos municipais;
2. Fiscalizar o cumprimento dos contratos, regulamentos e normas referentes a obras por empreitadas;
3. Actualizar a tabela de preços unitários correntes dos materiais de construção;
4. Fazer a especificação dos materiais a serem aplicados na execução de obras projectadas;
5. Zelar pela conservação dos equipamentos a cargo do serviço;
6. Dar execução ao plano de desenvolvimento rodoviário do município, constante dos planos e actividade;
7. Promover a conservação e pavimentação das estradas municipais, bem como as suas obras de arte;
8. Inspeccionar periodicamente as estradas e caminhos municipais, promovendo as medidas necessárias à sua conservação;
9. Executar obras públicas municipais por administração directa quando a Câmara assim o deliberar;
10. Organizar e manter actualizado o cadastro das vias municipais para fins de conservação, estatística e informação;
11. Orientar, distribuir e fiscalizar os trabalhos das brigadas de conservação dos arruamentos, estradas e caminhos municipais;
12. Organizar o estudo da circulação do trânsito no município, colocando a respectiva sinalização depois de aprovação pela Câmara;
13. Colaborar na elaboração do plano de actividades do município.

Mapa de Pessoal – Anexo 7

À Divisão de Planeamento e Urbanismo Compete:

1. Realizar ou acompanhar a realização de projectos de concepção, promoção, definição e regulamentação elaboração de planos municipais de ordenamento do território, suas alterações ou revisões, e praticar os actos e tarefas referentes à sua articulação e implementação;
2. Promover e acompanhar os planos de ordenamento físico da área do município através da realização de planos gerais de urbanização, planos de prevenção urbanística, estudos de zonamento a nível concelhio e arranjos urbanísticos e loteamentos de interesse municipal, de acordo com o plano de actividades da Câmara;
3. Planear todas as vias urbanas e rurais;
4. Estudar, projectar, orçamentar e fazer o acompanhamento físico financeiro das obras enquadradas no âmbito dos apoios comunitários ou co-financiadas pela administração central, regional ou local ou outras instituições;
5. Elaborar pareceres, estudos e projectos enquadráveis nas competências e atribuições da divisão;
6. Elaborar pareceres urbanísticos para as áreas em estudo ou sobre áreas propostas como sensíveis;
7. Elaborar fichas relativas a todos os terrenos abrangidos por estudo de pormenor urbanístico;
8. Acompanhar e proceder à apreciação dos estudos e planos urbanísticos a executar para a Câmara por técnicos ou gabinetes particulares;
9. Informar todos os planos de urbanização e loteamentos particulares apresentados à Câmara, desde que se situem em áreas consideradas sensíveis ou que, pela sua localização na malha urbana, impliquem cuidados específicos;
10. Organizar e manter actualizados ficheiros e arquivos de estudo de planos de urbanização e plantas topográficas;
11. Proceder ao levantamento, classificação e inventariação dos edifícios e monumentos da área do município;
12. Proceder à recolha de todos os elementos técnicos que superiormente lhe forem solicitados;
13. Organizar e propor designações toponímicas à Câmara;
14. Participar na elaboração do relatório anual e plano de actividades do município;

Mapa de Pessoal – Anexo 8

À Divisão de Saneamento Básico e Ambiente, compete:

1. No Sector de Águas e Esgotos:
 - a. Promover a captação de água potável, construção, conservação, limpeza e desobstrução de fontes, reservatórios, aquedutos e condutas;
 - b. Desenvolver projectos de construção e conservação de redes de distribuição pública de água, promovendo a realização das obras por administração directa ou procedendo às diligências adequadas para a sua adjudicação e fiscalizando o desenvolvimento do respectivo projecto;
 - c. Desenvolver estudos e projectos de construção, ampliação ou manutenção da rede de esgotos e assegurar a sua execução;
 - d. Informar todos os pedidos de ligação de esgotos à rede pública;
 - e. Promover a desinfecção das redes de esgotos e canalizações;
2. No Sector de Cemitérios:
 - a. Administrar os cemitérios sob jurisdição municipal em estreita colaboração com as juntas de freguesia;
 - b. Cumprir e fazer cumprir as disposições legais referentes aos cemitérios;

- c. Promover o alinhamento e numeração das sepulturas e designar onde podem ser abertos novos covais;
 - d. Organizar os processos de aquisição de terrenos para sepulturas perpétuas e jazigos, mantendo actualizado o respectivo registo;
 - e. Propor a colaboração na execução de medidas tendentes ao aumento da capacidade e reorganização do espaço dos cemitérios;
 - f. Colaborar em medidas de apoio às juntas de freguesia em matéria de cemitérios paroquiais.
3. No Sector dos Mercados e Feiras:
- a. Organizar as feiras e mercados sob a jurisdição municipal;
 - b. Colaborar na organização de feiras e exposições de entidades oficiais e particulares, sob patrocínio ou com o apoio do município;
 - c. Proceder à fiscalização do cumprimento das obrigações de pagamento de taxas e licenças pelos vendedores;
 - d. Efectuar o aluguer de áreas livres nos mercados e feiras;
 - e. Zelar pela manutenção da limpeza e conservação das dependências dos mercados e feiras;
 - f. Colaborar com os serviços de fiscalização, coordenação económica e salubridade pública na área das respectivas atribuições;
4. No Sector do Ambiente:
- a. Colaborar na execução de medidas que visem a defesa e protecção do meio ambiente, designadamente contra fumos, poeiras e gases tóxicos;
 - b. Propor e executar acções que visem defender a poluição das águas das nascentes, rios e albufeiras;
 - c. Intervir e colaborar com outras entidades competentes na preservação e defesa das espécies animais e vegetais em vias de extinção;
 - d. Propor e colaborar com outras entidades competentes na execução de medidas que visem a protecção da qualidade de vida das populações e, designadamente, as que digam respeito à defesa dos consumidores.
 - e. Promover e executar os serviços de limpeza pública;
 - f. Fixar o itinerário para a colecta e transporte de lixo, para a varredura e lavagens das ruas, praças públicas e logradouros;
 - g. Promover a distribuição e colocação nas vias públicas de contentores de lixo;
 - h. Promover a colaboração dos utentes na limpeza e conservação das valas e escoadouros das águas pluviais;
 - i. Aplicar os dispositivos das leis e posturas municipais sobre a limpeza pública.
 - j. Promover a conservação dos parques e jardins do município;
 - k. Promover a arborização das ruas, praças, jardins e demais logradouros públicos, providenciando pela selecção e plantio das espécies que melhor se adaptem às condições locais;
 - l. Promover o combate às pragas e doenças vegetais nos espaços verdes do município;
 - m. Promover a conservação e protecção dos equipamentos urbanos e monumentos existentes nos jardins, praças públicas e outros lugares similares;

Mapa de Pessoal – Anexo 9

À Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural, compete:

1. No âmbito da acção social, saúde e educação:
- a. Efectuar estudos que detectem as carências sociais da comunidade e de grupos específicos;
 - b. Efectuar inquéritos socioeconómicos e outros solicitados ao município;

- c. Colaborar com instituições vocacionadas para intervir na área da acção social;
 - d. Colaborar na detecção das carências educativas na área do ensino pré-escolar e básico e propor as medidas adequadas e executar as acções programadas;
 - e. Superintender na gestão dos Serviços de Acção Social Escolar;
 - f. Colaborar no estudo das carências da população e nas acções de formação de base e complementar de adultos;
 - g. Apoiar socialmente as instituições de assistência, educativas e outras existentes na área do município;
 - h. Colaborar na detecção de carências da população em serviços de saúde, bem como em acções de prevenção e profilaxia;
 - i. Propor e desenvolver serviços sociais de apoio a grupos de indivíduos específicos, às famílias e à comunidade, no sentido de desenvolver o bem-estar social.
2. No âmbito da acção cultural:
- a. Promover o desenvolvimento do nível cultural das populações, designadamente através de centros de cultura e projectos de animação sócio cultural;
 - b. Efectuar estudos e propor acções de defesa, prevenção e promoção do património histórico, paisagístico e urbanístico do município;
 - c. Estabelecer ligações com os departamentos do Estado com competência nas áreas de defesa e conservação do património cultural;
 - d. Apoiar associações e grupos que localmente se propõem executar acções de recuperação do património artístico e cultural;
 - e. Fomentar as artes tradicionais da região, designadamente a música popular, o teatro e as actividades artesanais, e promover estudos e edições destinados a recolher e divulgar a cultura tradicional;
 - f. Propor e promover a divulgação e publicação de documentos inéditos, designadamente dos que interessam a história do município, bem como de anais e factos históricos da vida passada e presente da vida do município.
3. No âmbito dos arquivos, bibliotecas e museus:
- a. Superintender no arquivo geral do município e propor a adopção de plano adequado de arquivo;
 - b. Arquivar, depois de catalogados, todos os documentos, livros e processos que lhe sejam remetidos pelos diversos serviços do município;
 - c. Propor, logo que decorridos os prazos estipulados por lei, a inutilização de documentos;
 - d. Estabelecer ligações com departamentos do Estado e outros organismos responsáveis pela leitura pública;
 - e. Administrar os equipamentos existentes, designadamente o Museu de Vilarinho das Fumas, e desenvolver medidas de recuperação e conservação do património edificado com interesse social ou histórico.
4. No âmbito do desporto e tempos livres:
- a. Fomentar a construção de instalações e a aquisição de equipamentos para a prática desportiva e recreativa;
 - b. Propor acções de ocupação dos tempos livres da população;
 - c. Organizar e superintender em colónias de férias para as crianças, terceira idade, população deficiente ou outros grupos populacionais específicos;
 - d. Fomentar o desenvolvimento de colectividades desportivas e recreativas;
 - e. Fomentar a criação de parques de campismo e outros equipamentos destinados a ocupação dos tempos livres e superintender na sua gestão;
 - f. Desenvolver e fomentar o desporto e a recreação através do aproveitamento de espaços naturais - rios, albufeiras, lagos, matas, etc;

- g. Organizar e coordenar as actividades e utilização das instalações desportivas;
 - h. Promover a realização de provas desportivas.
5. No âmbito do turismo:
- a. Assegurar o funcionamento dos postos de informação e turismo;
 - b. Inventariar as potencialidades turísticas da área do município e promover a sua divulgação;
 - c. Promover o desenvolvimento de infra-estruturas de apoio ao turismo;
 - d. Propor e desenvolver acções de acolhimento aos turistas;
 - e. Colaborar com os organismos regionais de fomento de turismo.
6. No âmbito do Património cultural:
- a. Acompanhar as obras públicas e privadas que se preveja que possam oferecer a descoberta de vestígios históricos no território do município, identificando os testemunhos encontrados;
 - b. Executar ou coordenar a execução de todo o tipo de trabalhos específicos no âmbito da arqueologia e museologia, no campo, em meio urbano, em gabinetes ou laboratórios;
 - c. Elaborar estudos e conceber e desenvolver projectos;
 - d. Emitir pareceres e participar em reuniões, comissões e grupos de trabalho em unidades orgânicas de funcionamento, de âmbito nacional ou internacional, tendo em vista a tomada de decisão superior sobre as medidas de política que interessam à arqueologia e museologia;
 - e. Promover a inventariação, recuperação, conservação preservação e promoção de todo o património arquitectónico e monumental do município;
 - f. Efectuar a recolha etnográfica e proceder à respectiva identificação, catalogação e musealização;

Mapa de Pessoal – Anexo 10

Compete ao pessoal integrado neste sector:

- a. Contribuir para a plena formação, realização, bem-estar e segurança das crianças e alunos;
- b. Contribuir para a correcta organização dos estabelecimentos de educação ou de ensino e assegurar a realização e o desenvolvimento regular das actividades neles prosseguidas;
- c. Colaborar activamente com todos os intervenientes no processo educativo;
- d. Zelar pela preservação das instalações e equipamentos escolares e propor medidas de melhoramento dos mesmos, cooperando activamente com o órgão executivo da escola ou do agrupamento de escolas na prossecução desses objectivos;
- e. Cooperar com os restantes intervenientes no processo educativo na detecção de situações que exijam correcção ou intervenção urgente, identificadas no âmbito do exercício continuado das respectivas funções;
- f. Respeitar, no âmbito do dever de sigilo profissional, a natureza confidencial da informação relativa às crianças, alunos e respectivos familiares e encarregados de educação;
- g. Respeitar as diferenças culturais de todos os membros da comunidade escolar.

7. MAPAS

7.1 - Resumo do Orçamento

RESUMO DO ORÇAMENTO

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	6.335.599,00	Correntes	6.244.399,00
De capital	6.696.534,00	De capital	6.787.734,00
Outras receitas.....	0,00	Outras Despesas.....	0,00
Total	13.032.133,00	Total	13.032.133,00
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	13.032.133,00	Total Geral	13.032.133,00

Órgão Executivo
Em, 13 de Novembro de 2008

Órgão Deliberativo
Em, 28 de Novembro de 2008

7.2 - Resumo das Receitas e das Despesas

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2008

RECEITAS	MONTANTE	%	DESPESAS	MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
01 IMPOSTOS DIRECTOS	663.000,00	5,1	01 DESPESAS COM O PESSOAL	3.649.500,00	28,0
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	37.000,00	0,3	02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.766.899,00	13,6
03 CONTRIBUIÇÕES S. SOCIAL, A CGA E A ADSE			03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	318.000,00	2,4
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	131.000,00	1,0	04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	283.000,00	2,2
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	314.000,00	2,4	05 SUBSÍDIOS	94.000,00	0,7
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.567.599,00	35,0	06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	133.000,00	1,0
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	621.00,00	4,8			
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.000,00	0,0	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	6.244.399,00	47,9
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	6.335.599,00	48,6	DESPESAS DE CAPITAL		
RECEITAS DE CAPITAL			07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	6.197.634,00	47,6
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	562.000,00	4,3	08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.334.529,00	40,9	09 ACTIVOS FINANCEIROS	100,00	0,0
11 ACTIVOS FINANCEIROS			10 PASSIVOS FINANCEIROS	590.000,00	4,5
12 PASSIVOS FINANCEIROS	800.000,00	6,1	11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL			TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	6.787.734,00	52,1
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	6.696.529,00	51,4	TOTAL GERAL	13.032.133,00	100,0
OUTRAS RECEITAS					
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5,00	0,0			
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR					
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	5,00	0,0			
TOTAL GERAL	13.032.133,00	100,0			

7.3 - Orçamento da Receita

Código	Designação	Montante
	RECEITAS CORRENTES	6.335.599,00
01	Impostos directos	663.000,00
01.02	Outros	663.000,00
01.02.02	Imposto municipal sobre imóveis	250.000,00
01.02.03	Imposto único de circulação	95.000,00
01.02.04	Imposto municipal s/ as transmissões onerosas de imóveis	170.000,00
01.02.05	Derrama	120.000,00
01.02.07	Impostos abolidos	27.000,00
01.02.07.01	Contribuição autárquica	8.000,00
01.02.07.02	Imposto municipal de sisa	18.000,00
01.02.07.03	Imposto municipal sobre veículos	1.000,00
01.02.99	Impostos directos diversos	1.000,00
02	Impostos indirectos	37.000,00
02.02	Outros	37.000,00
02.02.06	Impostos indirectos específicos das autarquias locais	37.000,00
02.02.06.02	Loteamento e obras	1.000,00
02.02.06.03	Ocupação de via pública	1.000,00
02.02.06.05	Publicidade	1.000,00
02.02.06.06	Saneamento	2.000,00
02.02.06.06.01	Saneamento - taxa de ligação	1.000,00
02.02.06.06.02	Saneamento conservação	1.000,00
02.02.06.99	Outros	32.000,00
02.02.06.99.01	Taxa municipal de direitos de passagem	1.000,00
02.02.06.99.02	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	1.000,00
02.02.06.99.99	Outros	30.000,00
04	Taxas, multas e outras penalidades	131.000,00
04.01	Taxas	118.000,00
04.01.23	Taxas específicas das autarquias locais	118.000,00
04.01.23.01	Mercados e feiras	2.000,00
04.01.23.02	Loteamento e obras	15.000,00
04.01.23.03	Ocupação de via pública	2.000,00
04.01.23.05	Caça, uso e porte arma	1.000,00
04.01.23.06	Saneamento	21.000,00
04.01.23.99	Outros	77.000,00
04.01.23.99.01	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	1.000,00
04.01.23.99.02	Taxa pela emissão do certificado de registo	1.000,00
04.01.23.99.99	Outras	75.000,00
04.02	Multas e outras penalidades:	13.000,00
04.02.99	Multas e penalidades diversas	13.000,00
05	Rendimentos de propriedade	314.000,00
05.02	Juros – sociedades financeiras	13.000,00
05.02.01	Bancos e outras instituições financeiras	13.000,00
05.10	Rendas	301.000,00
05.10.01	Terrenos	1.000,00
05.10.99	Outros	300.000,00
06	Transferências correntes	4.567.599,00
06.03	Administração central	4.566.599,00
06.03.01	Estado	4.336.499,00
06.03.01.01	Fundo de equilíbrio financeiro	3.263.443,00
06.03.01.02	Fundo social municipal	143.613,00
06.03.01.03	Participação variável no IRS	73.443,00
06.03.01.99	Outros	856.000,00

Código	Designação	Montante
06.03.01.99.01	DGAL	76.000,00
06.03.01.99.02	DREN	690.000,00
06.03.01.99.99	Outros	90.000,00
06.03.06	Estado – participação comunitária em projectos co-financiados	185.100,00
06.03.06.01	Fundo Social Europeu	185.100,00
06.03.07	Serviços e fundos autónomos	44.000,00
06.03.09	Serviços e fundos autónomos – subsistema de protecção	1.000,00
06.08	Famílias	1.000,00
06.08.01	Famílias	1.000,00
07	Venda de bens e serviços correntes	621.000,00
07.01	Venda de bens	180.000,00
07.01.11	Produtos acabados e intermédios	130.000,00
07.01.11.01	Água	120.000,00
07.01.11.02	Electricidade	10.000,00
07.01.99	Outros	50.000,00
07.02	Serviços	351.000,00
07.02.01	Aluguer de espaços e equipamentos	5.000,00
07.02.09	Serviços específicos das autarquias	196.000,00
07.02.09.01	Saneamento	1.000,00
07.02.09.02	Resíduos sólidos	1.000,00
07.02.09.03	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	1.000,00
07.02.09.04	Trabalhos por conta de particulares	5.000,00
07.02.09.05	Cemitérios	2.000,00
07.02.09.06	Mercados e feiras	15.000,00
07.02.09.99	Outros	171.000,00
07.02.09.99.01	Água	1.000,00
07.02.09.99.02	Instalações desportivas e recreativas	170.000,00
07.02.99	Outros	150.000,00
07.03	Rendas	90.000,00
07.03.01	Habitações	10.000,00
07.03.02	Edifícios	80.000,00
08	Outras receitas correntes	2.000,00
08.01	Outras	2.000,00
08.01.99	Outras	2.000,00
08.01.99.02	Indemnizações de estragos provocados por outrem	1.000,00
08.01.99.99	Diversas	1.000,00
RECEITAS DE CAPITAL		6.696.529,00
09	Vendas de bens de investimento	562.000,00
09.01	Terrenos	150.000,00
09.01.06	Administração Pública - Administração Local – continente	150.000,00
09.02	Habitações	140.000,00
09.02.06	Administração Pública – Administração Local – continente	140.000,00
09.03	Edifícios	250.000,00
09.03.06	Administração Pública – Administração Local – continente	250.000,00
09.04	Outros bens de investimento	22.000,00
09.04.06	Administração Pública – Administração Local – continente	22.000,00
09.04.06.01	Equipamento de transporte	1.000,00
09.04.06.02	Maquinaria e equipamento	1.000,00
09.04.06.03	Outros	20.000,00
10	Transferências de capital	5.334.529,00
10.03	Administração central	5.332.529,00
10.03.01	Estado	2.231.829,00
10.03.01.01	Fundo Equilíbrio Financeiro	2.175.629,00
10.03.01.04	Cooperação Técnica e Financeira	1.000,00
10.03.01.99	Outros	55.200,00
10.03.01.99.01	DREN	20.200,00
10.03.01.99.99	Outros	35.000,00
10.03.07	Estado - participação comunitária em projectos co-financiados	3.097.700,00

Código	Designação	Montante
10.03.07.01	FEDER/INTERREG	2.982.700,00
10.03.07.02	FEOGA	115.000,00
10.03.08	Serviços e Fundos Autónomos - participação portuguesa	3.000,00
10.03.08.01	IFT – PITTER	1.500,00
10.03.08.02	INH	1.500,00
10.05	Administração local	1.000,00
10.05.01	Continente	1.000,00
10.07	Instituições sem fins lucrativos	1.000,00
10.07.01	Instituições sem fins lucrativos	1.000,00
12	Passivos financeiros	800.000,00
12.06	Empréstimos a médio e longo prazos	800.000,00
12.06.02	Sociedades financeiras	800.000,00
	O U T R A S R E C E I T A S	5,00
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	5,00
15.01	Reposições não abatidas nos pagamentos	5,00
15.01.01	Reposições não abatidas nos pagamentos	5,00
	TOTAL DAS RECEITAS	13.032.133,00

Órgão Executivo
Em, 13 de Novembro de 2008

Órgão Deliberativo
Em, 28 de Novembro de 2008

7.4 - Orçamento da Despesa

Classificação económica	Designação	Montante
	DESPESAS CORRENTES	6.244.399,00
01	DESPESAS COM O PESSOAL	3.649.500,00
01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	3.098.000,00
01.01.01	TITULARES DE ORGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃ	140.000,00
01.01.03	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DA FUNÇÃO PÚBLICA	2.080.000,00
01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL	200.000,00
01.01.05	PESSOAL PARA ALÉM DOS QUADROS	5.000,00
01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	150.000,00
01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	5.000,00
01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	17.000,00
01.01.11	REPRESENTAÇÃO	40.000,00
01.01.11.01	Membros do Orgãos Autárquicos	40.000,00
01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	1.000,00
01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	203.000,00
01.01.13.01	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DA FUNÇÃO PÚBLICA	138.000,00
01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	60.000,00
01.01.13.03	MEMBROS DOS ORGÃOS AUTÁRQUICOS	5.000,00
01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL	229.000,00
01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DA FUNÇÃO PÚBLICA	210.000,00
01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	19.000,00
01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDAD	28.000,00
01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	95.500,00
01.02.01	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	1.000,00
01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	43.000,00
01.02.03	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO	1.000,00
01.02.04	AJUDAS DE CUSTO	10.500,00
01.02.05	ABONO PARA FALHAS	2.000,00
01.02.07	COLABORAÇÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA	2.000,00
01.02.08	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAM	14.000,00
01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	22.000,00
01.03	SEGURANÇA SOCIAL	456.000,00
01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE	103.000,00
01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	38.000,00
01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	2.000,00
01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	281.000,00
01.03.05.01	ASSISTÊNCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	1.000,00
01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DOS FUNCIONARIOS PUBLICOS	249.000,00
01.03.05.03	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	30.000,00
01.03.05.04	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL - OUTROS	1.000,00
01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS	1.000,00
01.03.09	SEGUROS	31.000,00
01.03.09.01	SEGUROS - SEG AC. TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	30.000,00
01.03.09.02	SEGUROS - SEGUROS DE SAÚDE	1.000,00
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.766.899,00
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	496.299,00
02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS	7.000,00
02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	225.000,00
02.01.02.01	GASOLINA	23.000,00
02.01.02.02	GASÓLEO	177.000,00

Classificação económica	Designação	Montante
02.01.02.99	OUTROS	25.000,00
02.01.03	MUNIÇÕES, EXPLOSIVOS E ARTIFÍCIOS	1.000,00
02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE	4.000,00
02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS	101.599,00
02.01.06	ALIMENTAÇÃO- GÉNEROS PARA CONFECCIONAR	5.000,00
02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	14.000,00
02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	33.700,00
02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	26.000,00
02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA	10.000,00
02.01.16.03	Outros	10.000,00
02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	8.000,00
02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	2.000,00
02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	1.000,00
02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	1.000,00
02.01.21	OUTROS BENS	57.000,00
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	1.270.600,00
02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	124.000,00
02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS	1.000,00
02.02.05	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA	15.000,00
02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	1.000,00
02.02.09	COMUNICAÇÕES	55.000,00
02.02.10	TRANSPORTES	257.000,00
02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	1.000,00
02.02.12	SEGUROS	48.000,00
02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	3.000,00
02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	37.000,00
02.02.15	FORMAÇÃO	7.000,00
02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	1.000,00
02.02.17	PUBLICIDADE	40.500,00
02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	1.000,00
02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	30.000,00
02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	214.100,00
02.02.24	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	14.000,00
02.02.25	OUTROS SERVIÇOS	421.000,00
02.02.25.01	ÁGUA E ENERGIA ELÉCTRICA P/ DISTRIBUIÇÃO	205.000,00
02.02.25.02	OUTROS	216.000,00
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	318.000,00
03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	318.000,00
03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇ	318.000,00
03.01.03.01	SOC.FINANCEIRAS - BANCOS E O. INST. FIN. - A CURTO	50.000,00
03.01.03.02	SOC.FINANCEIRAS - BANCOS E O. INST. FIN. - A MÉDIO	268.000,00
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	283.000,00
04.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	13.000,00
04.03.05	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	13.000,00
04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	19.000,00
04.05.01	CONTINENTE	19.000,00
04.05.01.02	FREGUESIAS	8.000,00
04.05.01.08	OUTROS	11.000,00
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	200.000,00
04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	200.000,00
04.08	FAMÍLIAS	51.000,00
04.08.02	OUTRAS	51.000,00

Classificação económica	Designação	Montante
04.08.02.01	FAMÍLIAS	51.000,00
05	SUBSÍDIOS	94.000,00
05.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	1.000,00
05.01.01	PÚBLICAS	1.000,00
05.01.01.02	Outras	1.000,00
05.08	FAMÍLIAS	93.000,00
05.08.03	OUTRAS	93.000,00
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	133.000,00
06.02	DIVERSAS	133.000,00
06.02.03	OUTRAS	133.000,00
06.02.03.01	Restituições	11.000,00
06.02.03.02	IVA	106.000,00
06.02.03.04	Serviços Bancários	4.000,00
06.02.03.05	OUTRAS	12.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	6.787.734,00
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	6.197.634,00
07.01	INVESTIMENTOS	2.279.634,00
07.01.01	TERRENOS	50.000,00
07.01.02	HABITAÇÕES	37.000,00
07.01.02.01	CONSTRUÇÃO	2.000,00
07.01.02.03	REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO	35.000,00
07.01.03	EDIFÍCIOS	152.000,00
07.01.03.01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	60.000,00
07.01.03.02	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	36.000,00
07.01.03.05	ESCOLAS	40.000,00
07.01.03.06	LARES DE TERCEIRA IDADE	5.000,00
07.01.03.07	OUTROS	11.000,00
07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	642.634,00
07.01.04.01	VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES	10.000,00
07.01.04.05	PARQUES E JARDINS	1.000,00
07.01.04.06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	621.634,00
07.01.04.13	OUTROS	10.000,00
07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTES	180.000,00
07.01.06.02	OUTRO	180.000,00
07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	15.000,00
07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO	200.000,00
07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	640.000,00
07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO	293.000,00
07.01.10.01	EQUIPAMENTO DE RECOLHA DE RESÍDUOS	15.000,00
07.01.10.02	OUTROS	278.000,00
07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS	70.000,00
07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	3.918.000,00
07.03.01	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	50.000,00
07.03.02	EDIFÍCIOS	2.045.000,00
07.03.02.04	CRECHES	10.000,00
07.03.02.05	ESCOLAS	2.035.000,00
07.03.03	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	1.813.000,00
07.03.03.01	VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES	171.000,00
07.03.03.02	SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	315.000,00
07.03.03.04	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	50.000,00
07.03.03.05	PARQUES E JARDINS	20.000,00
07.03.03.06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	303.000,00

Classificação económica	Designação	Montante
07.03.03.07	CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	381.000,00
07.03.03.08	VIAÇÃO RURAL	482.000,00
07.03.03.09	SINALIZAÇÃO E TRÂNSITO	50.000,00
07.03.03.12	CEMITÉRIOS	41.000,00
07.03.05	BENS DE PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	10.000,00
09	ACTIVOS FINANCEIROS	100,00
09.03	TÍTULOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	100,00
09.03.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	100,00
10	PASSIVOS FINANCEIROS	590.000,00
10.05	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	300.000,00
10.05.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇ	300.000,00
10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	290.000,00
10.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇ	290.000,00
	TOTAL DAS DESPESAS	13.032.133,00

Órgão Executivo
Em, 13 de Novembro de 2008

Órgão Deliberativo
Em, 28 de Dezembro de 2008

7.5 - Resumo do Plano Plurianual de Investimentos

Plano de Investimentos										
Objectivo	Descrição	Valor Realizado ATÉ 1 OUT.	Valor Realizado PREV OUT A DEZ	Despesas de Investimento (PREVISÃO)						
				Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes			
				Total	Definido	Não Definido	2010	2011	2012	Outros
01	EDUCAÇÃO	810.346,23		2.085.000,00	2.085.000,00		585000,00			3.480.346,23
0101	EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	31.563,85		10.000,00	10.000,00		25000,00			66.563,85
0102	ENSINO BÁSICO	342.864,41		2.035.000,00	2.035.000,00		560000,00			2.937.864,41
0103	ENSINO PROFISSIONAL	435.917,97		40.000,00	40.000,00					475.917,97
02	CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES	1.073.784,69		1.523.000,00	632.634,00	890.366,00	310000,00			2.906.784,69
0201	CULTURA	141.898,70		11.000,00	11.000,00		20000,00			172.898,70
0202	DESPORTO	931.885,99		1.512.000,00	621.634,00	890.366,00	290000,00			2.733.885,99
03	ACÇÃO SOCIAL	281.718,24		35.000,00	35.000,00					316.718,24
0301	APOIO A CENTROS SOCIAIS	130.309,88		5.000,00	5.000,00					135.309,88
0302	APOIOS DE CARACTER SOCIAL	151.408,36		30.000,00	30.000,00					181.408,36
04	SAÚDE	0,00		1.000,00	1.000,00					1.000,00
0401	APOIO AOS POSTOS DE SAÚDE	0,00		1.000,00	1.000,00					1.000,00
05	HABITAÇÃO E URBANISMO	1.964.321,66		301.000,00	301.000,00		340000,00	150000,00		2.755.321,66
0501	HABITAÇÃO	78.690,26		7.000,00	7.000,00		20000,00			105.690,26
0502	PLANEAMENTO URBANÍSTICO	886.676,93		84.000,00	84.000,00		220000,00	150000,00		1.340.676,93
0503	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	228.694,34		50.000,00	50.000,00					278.694,34
0504	URBANIZAÇÃO	770.260,13		160.000,00	160.000,00		100000,00			1.030.260,13
06	SANEAMENTO E SALUBRIDADE	2.770.082,19		376.000,00	376.000,00		150000,00	50000,00		3.346.082,19
0601	REDE DE ESGOTOS	2.409.355,82		320.000,00	320.000,00		150000,00	50000,00		2.929.355,82
0602	RESÍDUOS SÓLIDOS	63.299,27		15.000,00	15.000,00					78.299,27
0603	CEMITÉRIOS	297.427,10		41.000,00	41.000,00					338.427,10
07	PROTECÇÃO CIVIL	118.923,13		20.000,00	20.000,00					138.923,13
0701	BOMBEIROS	57.056,13		10.000,00	10.000,00					67.056,13
0702	SEGURANÇA PÚBLICA	61.867,00		10.000,00	10.000,00					71.867,00
08	DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL	1.848.804,04		511.000,00	511.000,00		350000,00			2.709.804,04
0801	ÁGUA	1.286.680,85		390.000,00	390.000,00		300000,00			1.976.680,85
0803	TURISMO	551.998,93		120.000,00	120.000,00		50000,00			721.998,93
0804	MERCADOS E FEIRAS	10.124,26		1.000,00	1.000,00					11.124,26
09	COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES	4.996.642,30		686.000,00	546.000,00	140.000,00	250000,00			5.932.642,30
0901	REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO	4.803.123,23		671.000,00	531.000,00	140.000,00	250000,00			5.724.123,23
0902	TRANSPORTES	48.051,98		10.000,00	10.000,00					58.051,98
0903	ESTACIONAMENTO	145.467,09		5.000,00	5.000,00					150.467,09
10	DEFESA DO MEIO AMBIENTE	3.102.069,49		1.075.000,00	1.075.000,00		325000,00			4.502.069,49
1001	DEFESA DO MEIO AMBIENTE	3.102.069,49		1.075.000,00	1.075.000,00		325000,00			4.502.069,49
11	RENOV. CONS. DO PARQUE DE MÁQ. TRANS. E EQUIP.	145.742,84		615.000,00	615.000,00					760.742,84
1101	EQUIPAMENTO E MAQUINARIA	0,00		295.000,00	295.000,00					295.000,00
1102	MATERIAL DE TRANSPORTE	0,00		180.000,00	180.000,00					180.000,00
1103	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	145.742,84		140.000,00	140.000,00					285.742,84
Total Geral		17.112.434,81		7.228.000,00	6.197.634,00	1.030.366,00	2.310.000,00	200.000,00		26.850.434,81

7.7 - Plano Plurianual de Investimentos

Objectivo	Código da Classificação Económica	Projecto Acção			Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Resp.	Datas		EX	Valor Realizado	Valor Realizado	Despesas de Investimento (PREVISÃO)								Total Previsto
		Código	Ano	Número			Até 1 Out.	Prev. De Out a Dez.	Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes												
									Total		Definido	Não Definido		2010	2011	2012	Outros							
1					Funções gerais								264.665,97		635.000,00	635.000,00						899.665,97		
1.1.					Serviços gerais de administração pública								145.742,84		615.000,00	615.000,00						760.742,84		
1.1.1.					Administracao geral								145.742,84		615.000,00	615.000,00						760.742,84		
1.1.1.		8	2007	1	AQUISIÇÃO DE TERRENOS	OUTRA				O.AUT	30-07-2000	30-07-2000	145.742,84		100.000,00							245.742,84		
1.1.1.	02/070101	8	2007	1	AQUISIÇÃO DE TERRENOS											50.000,00								
1.1.1.	02/070301	8	2007	1	AQUISIÇÃO DE TERRENOS											50.000,00								
1.1.1.		8	2009	1	CÂMARA MUNICIPAL	ADM. DIR.				O.AUT	01-01-2009				295.000,00							295.000,00		
1.1.1.	02/070107	8	2009	1	CÂMARA MUNICIPAL											15.000,00								
1.1.1.	02/070108	8	2009	1	CÂMARA MUNICIPAL											200.000,00								
1.1.1.	02/070109	8	2009	1	CÂMARA MUNICIPAL											40.000,00								
1.1.1.	02/07011002	8	2009	1	CÂMARA MUNICIPAL											40.000,00								
1.1.1.	02/07010602	2	2009	2	CÂMARA MUNICIPAL										180.000,00	180.000,00						180.000,00		
1.1.1.	02/07010301	9	2009	3	GRANDES REPARAÇÕES EM EDIFICIOS MUNICIPAIS					DOM	01-01-2009				40.000,00	40.000,00						40.000,00		
1.2.					Segurança e ordem públicas								118.923,13		20.000,00	20.000,00						138.923,13		
1.2.1.					Protecção civil e luta contra incêndios								118.923,13		20.000,00	20.000,00						138.923,13		
1.2.1.	02/07010301	1	2002	68	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL PARA INVESTIMENTOS NO SECTOR	OUTRA				O.AUT	01-01-2002		57.056,13		10.000,00	10.000,00						67.056,13		
1.2.1.	02/07010301	1	2002	70	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL PARA OS NUCLEOS DA CVP PARA INVESTIMENTOS NO SECTOR	OUTRA				O.AUT.	01-01-2002		61.867,00		10.000,00	10.000,00						71.867,00		
2					Funções sociais								11.551.207,97		5.856.000,00	4.965.634,00	890.366,00	2.010.000,00	200.000,00			19.617.207,97		
2.1.					Educação								810.346,23		2.085.000,00	2.085.000,00		585.000,00				3.480.346,23		
2.1.1.					Ensino não superior								778.782,38		2.075.000,00	2.075.000,00		560.000,00				3.413.782,38		
2.1.1.	02/07030205	3	2002	5	REABILITAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR EXISTENTE	OUTRA				DOM	01-01-2002		342.864,41		20.000,00	20.000,00		60.000,00				422.864,41		
2.1.1.	02/07010305	1	2002	6	COMPARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA PROFISSIONAL AMAR TERRA VERDE E CRIAÇÃO DE UM POLO EM TERRAS DE BOURO	EMPREITADA				DOM	01-01-2002		435.917,97		40.000,00	40.000,00						475.917,97		
2.1.1.	02/07030205	5	2008	1	CENTRO ESCOLAR DO VALE DO HOMEM	EMPREITADA				DOM	01-07-2008				2.015.000,00	2.015.000,00		500.000,00				2.515.000,00		
2.1.2.					Serviços auxiliares de ensino								31.563,85		10.000,00	10.000,00		25.000,00				66.563,85		
2.1.2.	02/07030204	5	2004	1	REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO ENSINO PRÉ-PRIMÁRIO NO CONCELHO	OUTRA				DOM	01-01-2004		31.563,85		10.000,00	10.000,00		25.000,00				66.563,85		
2.2.					Saúde										1.000,00	1.000,00						1.000,00		
2.2.1.					Serviços individuais de saúde										1.000,00	1.000,00						1.000,00		
2.2.1.	02/07010307	1	2002	25	APOIO AOS POSTOS DE SAÚDE	OUTRA				DOM	01-01-2002				1.000,00	1.000,00						1.000,00		
2.3.					Segurança e acção sociais								281.718,24		35.000,00	35.000,00						316.718,24		
2.3.2.					Acção social								281.718,24		35.000,00	35.000,00						316.718,24		
2.3.2.	02/07010306	1	2002	23	APOIO À CONTRUÇÃO DE CENTROS SOCIAIS	OUTRA				DOM	01-01-2002		130.309,88		5.000,00	5.000,00						135.309,88		
2.3.2.	02/07010203	2	2002	24	IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS EM CURSO	OUTRA				O.AUT.	01-01-2002		151.408,36		30.000,00	30.000,00						181.408,36		
2.4.					Habitação e serviços colectivos								9.012.481,91		2.082.000,00	2.082.000,00		1.065.000,00	200.000,00			12.359.481,91		
2.4.1.					Habitação								78.690,26		7.000,00	7.000,00		20.000,00				105.690,26		
2.4.1.	02/07010203	2	2002	27	REPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS EDIFICIOS EXISTENTES	OUTRA				DOM	01-01-2002		21.703,76		5.000,00	5.000,00						26.703,76		
2.4.1.	02/07010201	3	2002	28	ELABORAÇÃO DE PROJECTOS E IMPLEMENTAÇÃO DE PEQUENOS LOTEAMENTOS PARA HABITAÇÃO SOCIAL EM DIVERSAS LOCALIDADES	OUTRA				DOM	01-01-2002		56.986,50		1.000,00	1.000,00		10.000,00				67.986,50		
2.4.1.		6	2005												1.000,00	1.000,00		10.000,00				11.000,00		
2.4.1.	02/07010201	608	2005	13	LOTEAMENTO DA CANIÇADA - VALDOZENDE	OUTRA				DPU	05-10-2000	05-10-2000			1.000,00	1.000,00		10.000,00				11.000,00		
2.4.2.					Ordenamento do território								2.072.386,22		275.000,00	275.000,00		270.000,00	150.000,00			2.767.386,22		
2.4.2.	02/07011002	3	2002	32	ELABORAÇÃO DE PLANOS DE URBANIZAÇÃO DE DIVERSAS LOCALIDADES (CONCLUSÃO E NOVOS)	OUTRA				DPU	01-01-2002		2.420,00		1.000,00	1.000,00						3.420,00		
2.4.2.	02/07011002	5	2002	34	ELABORAÇÃO DE PLANOS DE PORMENOR PARA DIVERSAS LOCALIDADES	OUTRA				DPU	01-01-2002		34.398,53		1.000,00	1.000,00						35.398,53		
2.4.2.	02/07030301	8	2002	37	ARRANJO URBANÍSTICO DAS MARGENS DA ALBUFEIRA	OUTRA				DOM	01-01-2002		653.005,24		1.000,00	1.000,00						654.005,24		
2.4.2.	02/07011002	9	2002	38	ALTERAÇÃO E REVISÃO DO PDM	OUTRA				DPU	01-01-2002		32.809,15		70.000,00	70.000,00		20.000,00				122.809,15		
2.4.2.	02/07030301	10	2002	39	ARRANJOS URBANISTICOS EM DIVERSAS LOCALIDADES DO CONCELHO	OUTRA				DOM	01-01-2002		92.894,15		9.000,00	9.000,00		50.000,00				151.894,15		

Objectivo	Código da Classificação Económica	Projecto Acção			Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Resp.	Datas		EX	Valor Realizado	Valor Realizado	Despesas de Investimento (PREVISÃO)								Total Previsto
		Código	Ano	Número			Até 1 Out.	Prev. De Out a Dez.	Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes												
									Total		Definido	Não Definido		2010	2011	2012	Outros							
2.4.2.	02/07011002	12	2002	173	ELABORAÇÃO DE NOVA CARTOGRAFIA	OUTRA				DPU	01-01-2002		71.149,86		1.000,00	1.000,00							72.149,86	
2.4.2.	02/07030304	1	2002	41	MELHORAMENTO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM VÁRIAS ZONAS DO CONCELHO	OUTRA				DOM	01-01-2002		228.694,34		50.000,00	50.000,00							278.694,34	
2.4.2.	02/07030301	1	2002	42	REQUALIFICAÇÃO E NOVOS CALCETAMENTOS EM VÁRIAS LOCALIDADES DO CONCELHO	OUTRA				DOM	01-01-2002		659.587,85		100.000,00	100.000,00	50.000,00						809.587,85	
2.4.2.	02/07030312	1	2002	65	APOIO À AMPLIAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE CEMITÉRIOS EM DIVERSAS LOCALIDADES	OUTRA				DSBA	01-01-2002		123.937,15		20.000,00	20.000,00							143.937,15	
2.4.2.	02/07030312	2	2002	66	CONSERVAÇÃO DO CEMITERIO MUNICIPAL	OUTRA				DSBA	01-01-2002		639,09		1.000,00	1.000,00							1.639,09	
2.4.2.	02/07030312	3	2002	67	REPARAÇÃO DAS CAPELAS MORTUÁRIAS EXISTENTES	OUTRA				DSBA	01-01-2002		172.850,86		20.000,00	20.000,00							192.850,86	
2.4.2.	02/07030301	17	2008	3	PARQUE URBANO - RIBEIRO DE GORDAIRAS					DOM	01-12-2008				1.000,00	1.000,00	150.000,00	150.000,00					301.000,00	
2.4.3.					Saneamento								2.409.355,82		320.000,00	320.000,00	150.000,00	50.000,00					2.929.355,82	
2.4.3.	02/07011002	10	2002	56	AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	OUTRA				DSBA	01-01-2002		67.422,66		5.000,00	5.000,00							72.422,66	
2.4.3.	02/07030302	13	2002	59	CONTROLO DE QUALIDADE DE EFLUENTES	OUTRA				DSBA	01-01-2002		14.951,82		5.000,00	5.000,00							19.951,82	
2.4.3.	02/07030302	16	2005	1	REQUALIFICAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS EXISTENTES	EMPREITADA				DSBA	01-01-2005		419.734,61		10.000,00	10.000,00	50.000,00	50.000,00					529.734,61	
2.4.3.	02/07030302	17	2005	2	CONSTRUÇÃO DE NOVAS REDES DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	EMPREITADA				DSBA	01-01-2005		1.907.246,73		300.000,00	300.000,00	100.000,00						2.307.246,73	
2.4.4.					Abastecimento de Água								1.286.680,85		390.000,00	390.000,00	300.000,00						1.976.680,85	
2.4.4.	02/07030307	9	2002	81	CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO	OUTRA				DSBA	01-01-2002		97.051,40		40.000,00	40.000,00							137.051,40	
2.4.4.	02/07030307	12	2002	84	REFORÇO E MANUTENÇÃO DAS REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE REGA E COMBATE A INCÊNDIOS	EMPREITADA				DSBA	01-01-2002		83.075,24		40.000,00	40.000,00	50.000,00						173.075,24	
2.4.4.	02/07030307	25	2005	3	REQUALIFICAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	EMPREITADA				DSBA	01-01-2005		296.918,88		150.000,00	150.000,00	100.000,00						546.918,88	
2.4.4.	02/07030307	26	2005	4	CONSTRUÇÃO DE NOVAS REDES DE CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	EMPREITADA				DSBA	01-01-2005		750.742,98		150.000,00	150.000,00	150.000,00						1.050.742,98	
2.4.4.	02/07011002	27	2005	5	AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO	OUTRA				DSBA	01-01-2005		58.892,35		10.000,00	10.000,00							68.892,35	
2.4.5.					Resíduos sólidos								63.299,27		15.000,00	15.000,00							78.299,27	
2.4.5.	02/07011001	2	2002	62	AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO	OUTRA				DSBA	01-01-2002		63.299,27		15.000,00	15.000,00							78.299,27	
2.4.6.					Protecção do meio ambiente e conservação da natureza								3.102.069,49		1.075.000,00	1.075.000,00	325.000,00						4.502.069,49	
2.4.6.	02/07010302	1	2002	128	PORTAS DO PNPg (CAMPO DO GERÊS, FRONTEIRA DA PORTELA DO HOMEM E LEONTE)	OUTRA				DDSC	01-01-2002		670.557,27		25.000,00	25.000,00	25.000,00						720.557,27	
2.4.6.	02/07030305	5	2002	132	MANUTENÇÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES	OUTRA				DSBA	01-01-2002		29.378,92		15.000,00	15.000,00							44.378,92	
2.4.6.		6	2002	133	RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL	OUTRA				DDSC	01-01-2002		147.219,62		20.000,00								167.219,62	
2.4.6.	02/07010307	6	2002	133	RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL											10.000,00								
2.4.6.	02/07010413	6	2002	133	RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL											10.000,00								
2.4.6.	02/07030306	12	2002	139	CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO GARRANO	OUTRA				DDSC	01-01-2002		833.003,40		150.000,00	150.000,00							983.003,40	
2.4.6.	02/070305	15	2003	2	A GEIRA NA SERRA DO GERÊS	EMPREITADA				DOM	01-01-2003		1.421.910,28		10.000,00	10.000,00							1.431.910,28	
2.4.6.		17	2005	10	DEFESA FLORESTAL CONTRA INCÊNDIOS	OUTRA					01-01-2005				2.000,00								2.000,00	
2.4.6.	02/07030307	17	2005	10	DEFESA FLORESTAL CONTRA INCÊNDIOS											1.000,00								
2.4.6.	02/07030308	17	2005	10	DEFESA FLORESTAL CONTRA INCÊNDIOS											1.000,00								
2.4.6.		18	2008	2	NATUR PARQUE DE VILARINHO DA FURNA - VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO NATURAL DA SERRA AMARELA	EMPREITADA				O.AUT	01-09-2008	31-08-2010			853.000,00		300.000,00						1.153.000,00	
2.4.6.	02/070109	18	2008	2	NATUR PARQUE DE VILARINHO DA FURNA - VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO NATURAL DA SERRA AMARELA											600.000,00								
2.4.6.	02/07011002	18	2008	2	NATUR PARQUE DE VILARINHO DA FURNA - VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO NATURAL DA SERRA AMARELA											100.000,00								
2.4.6.	02/07030306	18	2008	2	NATUR PARQUE DE VILARINHO DA FURNA - VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO NATURAL DA SERRA AMARELA											153.000,00								
2.5.					Servicos culturais, recreativos e religiosos								1.446.661,59		1.653.000,00	762.634,00	890.366,00	360.000,00					3.459.661,59	
2.5.1.					Cultura								141.898,70		11.000,00	11.000,00	20.000,00						172.898,70	
2.5.1.	02/07010302	1	2002	7	APOIO À CONSERVAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE CENTROS CULTURAIS EM DIVERSAS FREGUESIAS	OUTRA				DOM	01-01-2002		88.880,01		1.000,00	1.000,00	10.000,00						99.880,01	
2.5.1.	02/07010302	9	2002	15	CONSTRUÇÃO DE BIBLIOTECA NA SEDE DO CONCELHO	EMPREITADA				DOM	01-01-2002		53.018,69		10.000,00	10.000,00	10.000,00						73.018,69	
2.5.2.					Desporto, recreio e lazer								1.304.762,89		1.642.000,00	751.634,00	890.366,00	340.000,00					3.286.762,89	
2.5.2.	02/07010406	3	2002	18	REMODELAÇÃO DO CENTRO NAÚTICO DE RIO CALDO	OUTRA				DOM	01-01-2002		508.087,48		115.000,00	115.000,00	10.000,00						633.087,48	
2.5.2.	02/07010406	4	2002	19	CONSTRUÇÃO DE PRAIAS FLUVIAIS EM DIVERSAS FREGUESIAS	OUTRA				DOM	01-01-2002		2.506,28		1.000,00	1.000,00							3.506,28	
2.5.2.	02/07010406	8	2002	160	COMPLEXO DESPORTIVO DE TERRAS DE BOURO	EMPREITADA		25	75	DOM	01-01-2002		317.917,52		10.000,00	10.000,00	10.000,00						337.917,52	
2.5.2.	02/07010406	9	2002	161	PISCINA COBERTA NA SEDE DO CONCELHO	EMPREITADA		25	75	DOM	01-01-2002		26.787,83		1.370.000,00	479.634,00	890.366,00	250.000,00						1.646.787,83
2.5.2.	02/07010406	10	2002	162	CONSTRUÇÃO/CONSERVAÇÃO DE POLIDESPORTIVOS EM DIVERSAS FREGUESIAS	EMPREITADA				DOM	01-01-2002		76.586,88		15.000,00	15.000,00	10.000,00						101.586,88	

Objectivo	Código da Classificação Económica	Projecto Acção			Descrição	Forma de Realização	Fonte de Financiamento			Resp.	Datas		EX	Valor Realizado	Valor Realizado	Despesas de Investimento (PREVISÃO)								Total Previsto
		Código	Ano	Número			AC	AA	FC		Início	Fim				Ano em Curso (Financiamento)			Anos Seguintes					
																Total	Definido	Não Definido	2010	2011	2012	Outros		
2.5.2.	02/07030301	5	2002	46	CRIAÇÃO DE ZONAS VERDES PÚBLICAS E DE LAZER EM VÁRIAS LOCALIDADES	EMPREITADA				DPU	01-01-2002			110.672,28		60.000,00	60.000,00		50.000,00				220.672,28	
2.5.2.	02/07010406	13	2005	6	VALORIZAÇÃO DOS MONUMENTOS MEGALÍTICOS	OUTRA					01-01-2005					1.000,00	1.000,00		10.000,00				11.000,00	
2.5.2.	02/070115	9	2005	12	PROMOÇÃO TURISTICA E DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO CONCELHO	OUTRA					05-10-2000	05-10-2000		262.204,62		70.000,00	70.000,00						332.204,62	
3					Funções económicas									5.296.560,87		737.000,00	597.000,00	140.000,00	300.000,00				6.333.560,87	
3.3.					Transportes e comunicações									4.996.642,30		686.000,00	546.000,00	140.000,00	250.000,00				5.932.642,30	
3.3.1.					Transportes rodoviários									4.996.642,30		686.000,00	546.000,00	140.000,00	250.000,00				5.932.642,30	
3.3.1.	02/07030309	1	2002	106	SINALIZAÇÃO VIÁRIA E TURISTICA	OUTRA				DOM	01-01-2002			177.203,06		50.000,00	50.000,00						227.203,06	
3.3.1.	02/07030308	8	2002	113	PLANO RODOVIÁRIO MUNICIPAL	OUTRA				DOM	01-01-2002			2.856.745,29		10.000,00	10.000,00		50.000,00				2.916.745,29	
3.3.1.	02/07030308	22	2002	190	REQUALIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA EXISTENTE	OUTRA				DOM	01-01-2002			1.261.778,72		450.000,00	450.000,00		50.000,00				1.761.778,72	
3.3.1.	02/07010401	2	2002	124	CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS	OUTRA				DOM	01-01-2002			48.051,98		10.000,00	10.000,00						58.051,98	
3.3.1.	02/07030305	2	2002	126	PARQUES DE ESTACIONAMENTO EM DIVERSAS LOCALIDADES	EMPREITADA				DOM	01-01-2002			145.467,09		5.000,00	5.000,00						150.467,09	
3.3.1.	02/07030308	24	2003	10	VIA INTERMUNICIPAL HOMEM-LIMA	EMPREITADA				DOM	01-01-2003			150.054,45		150.000,00	10.000,00	140.000,00	150.000,00				450.054,45	
3.3.1.	02/07030308	26	2005	8	PONTE DE SOUTO	EMPREITADA				DOM	01-01-2005			357.341,71		1.000,00	1.000,00						358.341,71	
3.3.1.	02/07030308	28	2009	4	REQUALIFICAÇÃO DE CAMINHOS AGRICOLAS E RURAIS					DOM	01-01-2009					10.000,00	10.000,00						10.000,00	
3.4.					Comércio e turismo									299.918,57		51.000,00	51.000,00		50.000,00				400.918,57	
3.4.1.					Mercados e feiras									10.124,26		1.000,00	1.000,00						11.124,26	
3.4.1.	02/07010405	3	2004	4	CONSTRUÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL	OUTRA				DOM	26-04-2000	26-04-2000		10.124,26		1.000,00	1.000,00						11.124,26	
3.4.2.					Turismo									289.794,31		50.000,00	50.000,00		50.000,00				389.794,31	
3.4.2.	02/07011002	8	2002	198	ROTEIRO DOS MOINHOS	OUTRA				DPU	01-01-2002			289.794,31		50.000,00	50.000,00		50.000,00				389.794,31	
TOTAL GERAL														17.112.434,81		7.228.000,00	6.197.634,00	1.030.366,00	2.310.000,00	200.000,00			26.850.434,81	

Órgão Executivo
Em, 13 de Novembro de 2008

Órgão Deliberativo
Em, 28 de Novembro de 2008

8. ANEXOS

8.1 - Encargos com Empréstimos



DIRECÇÃO DE BANCA INSTITUCIONAL
Tel. (+351) 21 790 50 23 - Fax. (+351) 21 790 50 73



A
CÂMARA MUNICIPAL DE
TERRAS DE BOURO
PRAÇA DO MUNICÍPIO

4840-100 TERRAS DE BOURO

DBI

SUA REFERÊNCIA
3609

SUA COMUNICAÇÃO
13-08-2008

NOSSA REFERÊNCIA
1868/08 - DBI

DATA
2008/09/15

ASSUNTO: **PREVISÃO DE ENCARGOS COM EMPRÉSTIMOS PARA O ANO DE 2009**

Exmos Senhores,

Satisfazendo o solicitado por esse Município, através do V/ofício em referência, junto remetemos a V. Exas. relação dos encargos com os empréstimos em vigor, para o ano de 2009, aproveitando para informar que, atento o relacionamento com esse Município, não serão cobradas as comissões previstas no preçário em vigor para a prestação deste tipo de serviço.

As verbas indicadas foram calculadas a título provisório e devem ser consideradas apenas para efeitos orçamentais, dado que se encontram sujeitas a rectificação, com base no saldo real ou presumível das contas dos empréstimos e/ou em resultado de eventuais alterações da taxa de juro ou do preçário em vigor (comissão de processamento).

Por último, gostaríamos de informar V. Exas. de que novos pedidos de simulação relativos ao ano considerado serão passíveis da aplicação de verba prevista no preçário, visto que a tarefa de recolha dos elementos necessários e a preparação da respectiva Informação se podem revelar bastante morosa e complexa.

Com os melhores cumprimentos.

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS



ENCARGOS PREVISIONAIS COM EMPRÉSTIMOS - ANO 2009

MUNICIPIO TERRAS BOURO

N. Empréstimo	Data de Contrato	Montante Contratado	Saldo Devedor Em 31/12/2008	Previsão de encargos para o ano de 2009						
				Prestação N.	Data	Tx. Juro Líquida	Amortização	Juros Remunerat.	Comissões	Total
0810 000378 1 91	1999-02-22	498.797,90	251.503,84	20	2009-02-22	5,22	20.033,78	6.564,25	3,50	26.601,53
				21	2009-08-22	5,22	20.551,00	6.055,26	3,50	26.609,76
0810 000383 8 91	1999-12-29	112.229,53	42.112,52	19	2009-06-29	4,76	5.715,51	914,44	3,50	6.633,45
				20	2009-12-29	4,76	5.858,66	771,30	3,50	6.633,46
0810 000395 1 91	1999-12-29	214.034,18	80.313,26	19	2009-06-29	4,76	10.900,13	1.743,93	3,50	12.647,56
				20	2009-12-29	4,76	11.173,11	1.470,95	3,50	12.647,56
0810 000401 9 91	1999-12-29	281.671,17	105.693,08	19	2009-06-29	4,76	14.344,67	2.295,04	3,50	16.643,21
				20	2009-12-29	4,76	14.703,93	1.935,79	3,50	16.643,22
0810 000406 0 91	2001-10-20	58.758,39	36.020,19	15	2009-04-20	2,19	1.334,08	478,67	3,50	1.816,25
				16	2009-10-20	4,94	1.334,08	460,26	3,50	1.797,84
0810 000410 9 91	2001-10-20	82.301,65	62.093,68	15	2009-04-20	1,94	2.299,77	750,41	3,50	3.053,68
				16	2009-10-20	4,94	2.299,77	721,55	3,50	3.024,82
0810 000414 1 91	2001-08-08	319.230,65	268.287,72	15	2009-02-08	5,52	7.191,34	7.404,74	3,50	14.599,58
				16	2009-08-08	5,52	7.384,03	7.221,93	3,50	14.609,46
0810 000419 2 91	2001-08-08	243.862,29	200.521,93	15	2009-02-08	5,52	5.374,90	5.534,41	3,50	10.912,81
				16	2009-08-08	5,52	5.518,93	5.397,77	3,50	10.920,20
9015 002272 6 91	2001-09-05	498.797,90	394.781,69	16	2009-03-05	3,27	12.303,94	6.460,91	3,50	18.768,35
				17	2009-09-05	3,27	12.505,30	6.259,55	3,50	18.768,35
9015 002313 7 91	2001-10-12	748.196,85	627.483,43	15	2009-04-12	4,90	16.423,21	16.721,32	3,50	33.148,03
				16	2009-10-12	4,90	16.872,79	16.271,74	3,50	33.148,03
9015 004324 3 91	2005-05-11	632.283,00	332.283,00	7	2009-05-11	5,07	0,00	8.967,11	3,50	8.970,61
				8	2009-11-11	5,07	6.643,23	9.041,42	3,50	15.688,15
9015 004579 3 91	2005-10-19	248.661,00	248.661,00	7	2009-04-19	4,76	4.582,85	6.631,79	3,50	11.218,14
				8	2009-10-19	4,76	4.705,08	6.509,56	3,50	11.218,14
9015 004926 8 91	2006-07-12	411.699,00	411.699,00	5	2009-01-12	5,17	0,00	10.891,54	3,50	10.895,04
				6	2009-07-12	5,17	0,00	10.863,00	3,50	10.866,50
9140 013398 3 91	2004-07-09	575.632,00	532.311,71	9	2009-01-09	5,63	10.466,85	14.995,22	3,50	25.465,57
				10	2009-07-09	5,63	10.696,17	14.890,84	3,50	25.590,51
TOTAIS							231.217,11	178.224,70	98,00	409.539,81

Processado por computador
2008-09-12

MA33 - 11

CGD001806 - 1.000.000 ex. 508

Caixa Geral de Depósitos, S.A. - Sede Social: Av. João XXI, 63 • 1000-300 LISBOA - Capital Social € 3 100 000 000 - CRCL e Contribuinte sob o n.º 500 960 046

252 - ACTIVO E GARANTIAS POR D.O. ASSOCIADA

Nº Conta D.O. : 40 027783156 MUNICIPIO TERRAS DE BOURO

Moeda : EUR EURO

Total de Capital em Dívida : 1.149.232,68

* Prestações em Atraso

Tipo Prod.	Nº Conta	Data Início	Data Venc.	Data Próx. Pag. Devido	Valor Próx. Pag. Devido	Limite	Capital Em Dívida	Prazo
5506	56027276582	02/01/2004	02/01/2024	02/01/2009	5.202,40	116.296,00	105.233,78	20Y
					Sub-Total :	116.296,00	105.233,78	
5510	56038257776	16/03/2007	16/03/2017	16/09/2008	4.669,88	207.370,00	207.370,00	10Y
5510	56038385217	28/03/2007	28/03/2027	28/09/2008	8.967,63	388.000,00	388.000,00	20Y
					Sub-Total :	595.370,00	595.370,00	
5519	59040107226	08/10/2003	08/10/2023	08/10/2008	26.777,64	520.988,40	448.628,90	20Y
					Sub-Total :	520.988,40	448.628,90	
7702	72004533616	17/11/2006	17/11/2014	17/11/2008	-----	90.900,46	0,00	8Y
					Sub-Total :	90.900,46	0,00	
					Total :	1.323.554,86	1.149.232,68	

SCA469 **
PLANO DE AMORTIZAÇÕES

Data Sistema : 19/08/2008 08:46
Data Aplicação: 19/08/2008 Pag.: 1

CAIXA : 1291-TERRAS DE BOURO

PRODUTO: 5506-EMP PRESTAÇÕES CONSTANTES

MOEDA : EUR EURO

PERÍODO: 19/08/2008 - 02/01/2024

CONTA : 56027276582-MUNICIPIO TERRAS DE BOURO
DATA ABERTURA : 02/01/2004 DATA VENCIMENTO : 02/01/2024
PRAZO : 20Y MONTANTE : 116.296,00
TAXA DE JURO : 5.8380% IMPOSTO DE SELO : 0.00%
TX ANUAL EFFECT : 0.00000

DATA	DESCRIÇÃO	MONTANTE TOTAL	JUROS	CAPITAL	SALDO
19/08/2008		0,00	0,00	0,00	105.233,78
02/01/2009	PREST.	5.202,40	3.071,78	2.130,62	103.103,16
02/07/2009	PREST.	5.229,36	3.046,19	2.183,17	100.919,99
02/01/2010	PREST.	5.229,36	2.981,68	2.247,68	98.672,31
02/07/2010	PREST.	5.229,36	2.915,27	2.314,09	96.358,22

Pag. 1 Seguinte Fim Procura Imprimir Sair

SCA469 **
PLANO DE AMORTIZAÇÕES

Data Sistema : 19/08/2008 08:47
Data Aplicação: 19/08/2008 Pag.: 1

CAIXA : 1291-TERRAS DE BOURO

PRODUTO: 5510-EMP PREST CONST C/CARÊNCIA CAPITAL

MOEDA : EUR EURO

PERÍODO: 19/08/2008 - 16/03/2017

CONTA : 56038257776-MUNICIPIO TERRAS DE BOURO
DATA ABERTURA : 16/03/2007 DATA VENCIMENTO : 16/03/2017
PRAZO : 10Y MONTANTE : 207.370,00
TAXA DE JURO : 4.4060% IMPOSTO DE SELO : 0.00%
TX ANUAL EFFECT : 0.00000

DATA	DESCRIÇÃO	MONTANTE TOTAL	JUROS	CAPITAL	SALDO
19/08/2008		0,00	0,00	0,00	207.370,00
16/09/2008	PREST.	4.669,88	4.669,88	0,00	207.370,00
16/03/2009	PREST.	5.378,83	5.378,83	0,00	207.370,00
16/09/2009	PREST.	15.982,77	5.349,10	10.633,67	196.736,33
16/03/2010	PREST.	15.982,77	5.074,82	10.907,95	185.828,38

Pag. 1 Seguinte Fim Resume2 Procura Imprimir Sair

SCA469 **
PLANO DE AMORTIZAÇÕES

Data Sistema : 19/08/2008 08:48
Data Aplicação: 19/08/2008 Pag.: 1

CAIXA : 1291-TERRAS DE BOURO

PRODUTO: 5510-EMP PREST CONST C/CARÊNCIA CAPITAL

MOEDA : EUR EURO

PERÍODO: 19/08/2008 - 28/03/2027

CONTA : 56038385217-MUNICIPIO TERRAS DE BOURO
DATA ABERTURA : 28/03/2007 DATA VENCIMENTO : 28/03/2027
PRAZO : 20Y MONTANTE : 388.000,00
TAXA DE JURO : 4.5220% IMPOSTO DE SELO : 0.00%
TX ANUAL EFFECT : 4.12000

DATA	DESCRIÇÃO	MONTANTE TOTAL	JUROS	CAPITAL	SALDO
19/08/2008		0,00	0,00	0,00	388.000,00
28/09/2008	PREST.	8.967,63	8.967,63	0,00	388.000,00
28/03/2009	PREST.	10.064,06	10.064,06	0,00	388.000,00
28/09/2009	PREST.	16.674,60	10.008,46	6.666,14	381.333,86
28/03/2010	PREST.	16.674,60	9.836,51	6.838,09	374.495,77

Pag. 1 Seguinte Fim Procura Imprimir Sair

SCA469 **
PLANO DE AMORTIZAÇÕES

Data Sistema : 19/08/2008 08:48
Data Aplicação: 19/08/2008 Pag.: 1

CAIXA : 1291-TERRAS DE BOURO

PRODUTO: 5519-EMP PREST CONST CAP C/CARÊNCIA CAP

MOEDA : EUR EURO

PERÍODO: 19/08/2008 - 08/10/2023

CONTA : 59040107226-MUNICIPIO TERRAS DE BOURO
DATA ABERTURA : 08/10/2003 DATA VENCIMENTO : 08/10/2023
PRAZO : 20Y MONTANTE : 520.988,40
TAXA DE JURO : 5.3960% IMPOSTO DE SELO : 0.00%
TX ANUAL EFFECT : 0.00000

DATA	DESCRIÇÃO	MONTANTE TOTAL	JUROS	CAPITAL	SALDO
19/08/2008		0,00	0,00	0,00	448.628,90
08/10/2008	PREST.	26.777,64	12.305,74	14.471,90	434.157,00
08/04/2009	PREST.	27.441,59	12.969,69	14.471,90	419.685,10
08/10/2009	PREST.	27.078,16	12.606,26	14.471,90	405.213,20
08/04/2010	PREST.	26.576,94	12.105,04	14.471,90	390.741,30

Pag. 1 Seguinte Fim Procura Imprimir Sair

8.2 - Justificação de Receitas

Projecto nº	Designação do Projecto	Investimento Elegível Aprovado	Taxa de Participação FEDER	Complicação		Montante Justificado	Montante Pedido	Montante recebido	Obs.	Investimento Total	Data de envio da Candidatura	Data da Homologação
				Valor	Organismo							
3-2-14-1-474	"Valorização do espaço natural da Serra Amarela"	1.137.976,70	75%	853.482,53	ON2					1.149.471,70	07-04-2008	06-08-2008
3-5-15-12-1392	"Ampliação e Requalificação do Centro Escolar do Vale do Homem"	1.302.804,57	75%	911.963,20	ON2					2.091.009,81	03-07-2008	
5-8-20-7-308	"Cávado Digital"	1.496.000,00	75%	897.600,00	ON2						04-04-2008	
4-7-17-10-1654	"Construção e Qualificação do Parque Urbano das Gordaliras"				ON2					1.398.391,43	19-09-2008	
07/CAV-016/1.2	"Construção da Ponte de Souto"	363.825,34	75%	272.869,01	ON 1.3 (overbook)	363.825,34	272.869,01	272.840,04	259.225,55 +13.614,49 2.085,42 +4.692,20	363.825,34	12-09-2006	
407/4.3/C/NOR	"Apetreçamento Informático do Ensino Pré-Escolar"	10.427,00	65%	6.777,62	POS-C	11.213,60	6.777,62	6.777,62		11.213,60	05-06-2006	06-11-2006
393	"Moinho de Vento de Gilbarbedo"	17.695,00	50%	8.847,50	LEADER +	17.695,00	8.847,50	8.847,50		22.581,60	30-06-2006	26-07-2006
25586	"Programa co-financiado Território-Artes." - "Maldita"	2.662,00	50%	1.331,00	I Artes	2.662,00	1.331,00	1.331,00		2.662,00	2006/out	31-12-2006
252	"Criação do percurso pedestre Rota dos Moinhos de Stª Isabel"	38.192,00	50%	19.096,00	LEADER +	38.192,00	19.096,00			37.351,48	07-08-2007	
249	"Recuperação / Adaptação de antiga escola primária para Centro de Interpretação de Santa Isabel"	24.830,50	50%	12.415,25	LEADER +	24.830,50	12.415,25			30.032,27	07-08-2007	
422	"Criação do Centro Interpretativo de Santa Isabel do Monte. Adesão e aprovação ao projecto MODCOM para a Vila do Gerês."	31.701,00	50%	15.850,00	LEADER +	31.701,00	15.850,50			26.500,00	07-08-2007	
427	"Recuperação de um núcleo de canastos no Campo do Gerês"	12.615,00	60%	7.569,00	IAPMEI	12.615,00						
	"Rios de Emoções (2 concelhos)"	13.705,74	50%	6.852,87	LEADER+	13.705,74						
	"Formação-Ação na área de "Estratégia no Turismo" e "Segurança Alimentar"	95.900,00	75%	71.925,00	ON	95.900,00						
	"PIQTUR: Qualificação das Margens de Albufeira"	25.000,00	80%	20.000,00	PRIME	25.000,00						
		50.000,00	100%	50.000,00								

Lista de Projectos para o Programa Territorial de Desenvolvimento

ENQUADRAMENTO NO ON2		DESCRIÇÃO DO PROJECTO			
Exo	Tipologia	Projecto	Tx	FEDER	Valor elegível
II	Acções Integradas de Valorização Territorial	Centro de Dinamização Empresarial de Produtos Regionais (Pólos de Moure-Balança e Rio Caldo)	70%	700.000	1.000.000
II	Acções Integradas de Valorização Territorial	Arranjo urbanístico das margens da albufeira da Caniçada (2ª fase)	70%	1.374.100	1.963.000
II	Acções Integradas de Valorização Territorial	Recuperação de antigas escolas primárias (Ervedeiros, Sequeiros, Admeus) para turismo de natureza	70%	210.000	300.000
II	Acções Integradas de Valorização Territorial	Rota dos Moinhos – 2ª fase	70%	84.000	120.000
III	Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo e Pré-escolar	Centro Educativo do Vale do Homem *	70%	1.463.707	2.091.010
III	Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo e Pré-escolar	Centro Educativo do Vale do Cávado	70%	672.000	960.000
III	Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo e Pré-escolar	Jardim de Infância de Paredes-Rio Caldo	70%	259.000	370.000
III	Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo e Pré-escolar	Jardim de Infância de Moimenta	70%	98.000	140.000
III	Resíduos Sólidos	Rede de drenagem de águas residuais no concelho	60%	1.242.000	2.070.000
III	Resíduos Sólidos	Acções de sensibilização da população sobre RSU			30.000
IV	Qualificação do Sistema de Transportes Públicos de Passageiros	Central de Camionagem	70%	175.000	250.000
IV	Qualificação dos Níveis de Serviço de Rede de EENN e EEMM	Requalificação da rede viária Municipal	70%	1.802.864	2.575.520
IV	Eliminação dos Pontos Negros	Troço variante à EN 307 na freguesia de Covide (inclui redes de água, esgotos, gás e iluminação pública)	70%	210.000	300.000
V	Operações no domínio da Administração em rede	Cávado Digital 2 e Interligação de Rede Municipal	70%	400.400	572.000
CM Terras de Bouro Total				8.691.071	12.741.530



Situação em: 06-11-2008

PROJECTO N.º		DESIGNAÇÃO DO PROJECTO	INVEST. ELEGÍVEL APROVADO	TAXA FINANCIAMENTO	COMPARTICIPAÇÃO FEDER	MONTANTE JUSTIFICADO	MONTANTE PEDIDO	MONTANTE RECEBIDO	MONTANTE A RECEBER	OBS
A GEIRA/SP1/P18	A GEIRA NA SERRA DO GERÊS		400.080,00	75%	300.060,00	400.080,00	300.060,00	209.779,28	90.280,72	Concluído
Sub-Total (1ª Convocatória)			400.080,00	75%	300.060,00	400.080,00	300.060,00	209.779,28	90.280,72	100,00%
A GEIRA III/SP1/P69/02	A GEIRA NA SERRA DO GERÊS - 2ª FASE		1.580.000,00	75%	1.185.000,00	658.582,22	493.936,67	493.936,67	691.063,33	Em curso
Sub-Total (2ª Convocatória)			1.580.000,00	75%	1.185.000,00	658.582,22	493.936,67	493.936,67	691.063,33	41,68%
A GEIRA III/SP1/P144/03	A GEIRA NA SERRA DO GERÊS - CONCLUSÃO		366.666,67	75%	275.000,00	0,00	0,00	0,00	275.000,00	Em curso
Sub-Total (3ª Convocatória)			366.666,67	75%	275.000,00	0,00	0,00	0,00	275.000,00	0,00%
TOTAL (INTERREG III)			2.346.746,67		1.760.060,00	1.058.662,22	793.996,67	703.715,95	1.056.344,05	



Situação em: 26-09-2008

Unidade: EURO

PROJECTO N.º	DESIGNAÇÃO DO PROJECTO	INVEST. ELEGIVEL APROVADO	TAXA FINANCIAMENTO	COMPARTICIPAÇÃO FEOGA	MONTANTE JUSTIFICADO	MONTANTE PEDIDO	MONTANTE RECEBIDO	MONTANTE A RECEBER
412	INFRAESTRUTURAS E ARRANJOS EXTERIORES AO CENTRO INTERPRETATIVO DO GARRANO	40.000,00	50%	20.000,00	46.462,90	20.000,00	13.960,95	6.039,05
TOTAL (LEADER)		40.000,00		20.000,00	46.462,90	20.000,00	13.960,95	6.039,05



Situação em: 26-09-2008

Unidade: EURO

PROJECTO N.º	DESIGNAÇÃO DO PROJECTO	INVEST. ELEGIVEL APROVADO	TAXA FINANCIAMENTO	COMPARTICIPAÇÃO FEOGA	MONTANTE PEDIDO	MONTANTE RECEBIDO	MONTANTE A RECEBER
251	ROTA DOS MOINHOS DE SANTA ISABEL DO MONTE	100.000,00	50%	50.000,00	50.000,00	25.071,50	50.000,00
TOTAL (LEADER)		100.000,00		50.000,00	50.000,00	25.071,50	24.928,50



26-09-2008

EURO

PROJECTO N.º	DESIGNAÇÃO DO PROJECTO	INVEST. ELEGIVEL APROVADO	COMPARTICIPAÇÃO FEOGA	MONTANTE A RECEBER
2001.10.002393.4	INTERVENÇÃO DE REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ENVOLVENTE DA CAPELA DE N. SR.ª DO LIVRAMENTO	40.123,00	29.967,23	29.967,23
TOTAL (AGRIS)		40.123,00	29.967,23	29.967,23



MUNICÍPIO DE TERRAS DE BOURO

ORÇAMENTO 2009

ÁREA DE INTERVENÇÃO	ACTIVIDADE/PROGRAMA	RECEITAS		DESPESAS	
		Fonte de Financiamento	Valor (€)	Descrição da Despesa	Valor (€)
HABITAÇÃO	1- Apoio à melhoria das condições de habitabilidade			- Materiais de Construção e Outros Serviços	25.000,00 €
	2 – Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHPI)	Segurança Social	31.250,00 €	- Obras para criação de condições básicas de habitabilidade e mobilidade dos idosos	62.500,00 €
EMPREGO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL	1 – Estágios Profissionais	POPH	16.100,00 €	- Estagiários (Bolsa de Formação, Subsídio de Refeição e Seguro de Acidentes Pessoais)	23.000,00 €
	2 – Unidade de Inserção na Vida Activa (Univa)	Centro de Emprego de Braga	5.703,74 €	- Pessoal (Salário, Subsídio de Refeição, Seguro Acidentes de Trabalho)	10.099,25 €
	3 – Programa Ocupacional para Carentiados (POC)	Centro de Emprego de Braga	21.000,00 €	- Pessoal (Salário, Subsídio de Refeição, Subsídio de Transporte, Seguro de Acidentes Pessoais)	30.000,00 €



DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL – ACÇÃO SOCIAL

1



MUNICÍPIO DE TERRAS DE BOURO

EMPREGO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL (Cont.)	4 – Protocolo de Cooperação no âmbito do acompanhamento dos beneficiários de prestações de desemprego	Centro de Emprego de Braga	4.686,00 €	- Despesas de funcionamento (material de escritório, consumíveis)	4.686,00 €
	5 – Formações Modulares Certificadas	POPH	37.015,28 €	- Formandos: Subsídio de Refeição Subsídio de Transporte Seguro de Acidentes Pessoais - Formadores (Honorários) - Equipamento (Aluguer de Computadores) - Despesas de Funcionamento (Material Didático, Material de Escritório, Consumíveis) - Divulgação	17.056,50 € 16.600,00 € 500 € 6.025,80 € 8.000,00 € 3.196,68 € 1.500,00 € <hr/> 52.878,98 €



DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL – ACÇÃO SOCIAL

2



MUNICÍPIO DE TERRAS DE BOURO

EMPREGO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL (Cont.)	6 – Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)	POPH	103.974,03 €	- Formandos Bolsa de Formação Subsídio de Refeição Subsídio de Transporte Subsídio de Acolhimento Seguro de Acidentes Pessoais - Formadores (Honorários) - Aluguer de Equipamento - Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo - Fatos de trabalho, Ferramentas, Utensílios Individuais e Materiais Pedagógicos - Despesas de Funcionamento (Consumíveis e Bens não Duradouros) - Divulgação	53.778,12 € 10.209,24 € 6.722,76 € 13.444,86 € 500,00 € 32.065,00 € 7.050,00 € 7.000,00 € 3.000,00 € 12.264,35 € 2.500,00 € <hr/> 148.534,33 €
	1 – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ)	Segurança Social	18.418,44 €	- Pessoal (Salário, Subsídio Alimentação, Seguro Acidentes de Trabalho) - Despesas de Funcionamento (Material de Escritório; Material de Desgaste; Deslocações; Cedência de Instalações; Comunicações)	18.418,44 €
INFÂNCIA E JUVENTUDE	2 – Colónia de Férias na Apúlia			- Encargos com Monitores e Participação das Crianças	2.500,00 €



DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL – ACÇÃO SOCIAL

3



MUNICÍPIO DE TERRAS DE BOURO

	3 – Apoios na área da Educação			- Apoio para transportes escolares, refeições e frequência de Prolongamento de Horário	5.000,00 €
TERCEIRA IDADE	1 - Encontro Anual da Pessoa Idosa			- Transportes e Ingresso na Quinta da Malafaia	21.000,00 €
	2 - Colónia de Férias Sénior da Apúlia			Sem encargos para a Câmara	
	3 - Intercâmbio de Idosos Galiza-Norte de Portugal			Sem encargos para a Câmara	
	4 - Cartão Municipal do Idoso	Utentes do Cartão	2.000,00 €	- Reprodução dos Cartões e do Guia	7.000,00 €
	5 – Idosos à Descoberta...			- Almoço-Volante	6.000,00 €
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1 – Rede Social			Sem encargos para a Câmara	
TOTAL RECEITAS			235.461,49 €	TOTAL DESPESAS	416.617,00 €

Terras de Bouro, 01 de Outubro de 2008

A Coordenadora dos Programas,



DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL – ACÇÃO SOCIAL

4